



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**UNIVERSIDADE, POLÍTICA PÚBLICA E VESTIMENTA:
RESSIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS DE DISCENTES DO CURSO DE
HISTÓRIA NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE (CAJAZEIRAS, 2015-2016)**

HOZANA FERREIRA DA SILVA

**CAJAZEIRAS-PB
2022**

HOZANA FERREIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE, POLÍTICA PÚBLICA E VESTIMENTA:
RESSIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS DE DISCENTES DO CURSO DE
HISTÓRIA NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
(CAJAZEIRAS, 2015-2016).

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

S586u Silva, Hozana Ferreira da.
Universidade, política pública e vestimenta: ressignificações identitárias de discentes do curso de História noturno da Universidade Federal de Campina Grande (Cajazeiras, 2015-2016) / Hozana Ferreira da Silva. - Cajazeiras, 2022.
64f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2022.

1. Educação superior. 2. Políticas públicas. 3. Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação. 4. Universidade. 5. Identidade. 6. Vestimenta. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -378

HOZANA FERREIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE, POLÍTICA PÚBLICA E VESTIMENTA:
RESSIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS DE DISCENTES DO CURSO DE
HISTÓRIA NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
(CAJAZEIRAS, 2015-2016).

APROVADO EM: _____ / _____ / _____

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Orientador

Prof^a. Dr^a. Rosilene Alves de Melo
Examinadora

Prof. Me. João Bernardo de Figueiredo Filho
Examinador

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
Suplente

CAJAZEIRAS-PB
2022

À memória do meu irmão Cícero Orismar,
que partiu com o sonho de me ver Graduada.

A minha mãe, Dona Detinha, esse sonho é
mais dela do que meu.

Ao meu filho Luiz Antônio, que me impediu
de desistir e me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é recordar toda a trajetória percorrida durante esta pesquisa! É rememorar as inúmeras pessoas que contribuíram para a efetivação deste trabalho. Sem vocês, não teria conseguido. Sou grata a todos!

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser luz quando a escuridão parecia não chegar ao fim, fazendo-me acreditar que era capaz de encontrá-la novamente!

A minha mãe, Dona Detinha, por sempre acreditar em mim, sendo minha base desde o meu nascimento e enquanto existir. Mulher guerreira e de fé, senhora humilde, que enfrentou inúmeras dificuldades para que eu pudesse estudar. A você, com amor e agradecimento eterno!

Aquele a quem chamo de Pai, Pe. Francisco Geraldo, sou grata pelos ensinamentos, por me ensinar a ser forte durante esse processo. Obrigada pelos conselhos, palavras de apoio, puxões de orelha e risadas.

Agradeço ao meu marido Luiz Rosa, que ao longo do curso me deu não só força, mas apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica. Obrigada, meu amor, por suportar as crises de estresse e de ansiedade. Agradeço por acumular muitas das minhas responsabilidades domésticas nessa reta final, e por compreender todos os meus momentos de dificuldades. Seu valioso e incansável apoio foi definitivo em todos os momentos deste trabalho.

Ao meu filho Luiz Antônio, meu maior exemplo de esperança, aquela criança que, mesmo pequena, compreendia igual a um adulto a ausência, os momentos de sofrimento, de dificuldade, sempre com uma palavra de conforto na maioria das vezes “Mamãe, amanhã vai dar certo acredita em mim”. Agradeço pela espontaneidade, carinho e amor incondicional, que sempre me estimularam nos momentos difíceis.

As minhas enteadas, Lívia e Laura, pelas palavras de apoio e incentivo. Vocês desempenharam um papel significativo no meu crescimento e devem ser recompensados com minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos: Ana Paula, Cristina, Maria Odailma, Ozenildo, Odailson, Odamilson, Thiago, João e, em especial, Orismar, (*In Memoriam*), que partiu no ano em que estava na metade da graduação e sonhou junto comigo a conclusão deste curso. A todos sou grata por todo o apoio durante o curso. O apoio de todos vocês me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira.

Aos meus sogros, Luiz e Maria, em especial a minha sogra, a qual serei eternamente grata por cuidar do meu filho incontáveis vezes, para que eu pudesse assistir às aulas na faculdade e estudar para as avaliações. A senhora tem papel fundamental para concretização desse sonho.

Aos meus sobrinhos, em especial: Italo, Ana Clara, Aedson, Ivinny, Eloá, João, Mariana, Isabel, Kayo, Davi... Sou grata por todas as orações e por sempre estarem torcendo para que tudo desse certo, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

As minhas turmas querida, História 2015.2 e 2016.2. Sou grata pela amizade, companheirismo e carinho durante nossa trajetória juntos. Lembrarei e levarei comigo tudo que aprendi com vocês nas nossas noites. Obrigada Aline, Eliane, Claudilene, Vanessa, Emily, Lucas, Janiele!

Ao meu orientador, Francisco Firmino Sales Neto, por acreditar em mim mais do que eu acredito. Pelas orientações e sua infinita preocupação que sempre teve pela minha pessoa. Obrigada por me exigir mais do que eu acreditava que seria capaz de realizar. Declaro aqui minha eterna gratidão pelo compartilhamento de seu conhecimento e tempo.

Aos professores do curso de História: Rosemere, Viviane, Rodrigo, Rosilene, Isamar, Rubismar, Osmar, Francinaldo, Silvana, Camila, Israel. Obrigado pelo aprendizado!

Agradeço à instituição Universidade Federal de Campina Grande, que me proporcionou a chance de expandir os meus horizontes. Obrigada pelo ambiente criativo e amigável nesses cinco anos de formação!

Agradeço as gestoras das escolas que realizei os estágios, na pessoa de Lúcia e Marlene, pela oportunidade de fazer o estágio supervisionado. Foi com essa experiência que adquiri grande aprendizado. Obrigada aos meus supervisores, Francisco Mineiro, Jamiliane, Odair e Luzimar, meus mentores, por me ensinarem a prática dos conhecimentos que adquiri na faculdade.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na construção deste trabalho. Meu muito obrigado!

Não deixe a moda possuir você, mas decida o que você é e o que você deseja expressar pela maneira como você se veste ou pelo jeito que você vive.

(Gianni Versace)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre ressignificações identitárias dos alunos do curso de História, turno noturno, da Universidade Federal de Campina Grande (UACS/CFP/UFCG), campus Cajazeiras, em virtude da participação no Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação, entre os anos de 2015 e 2016. Defende-se a ideia que esse programa governamental, decorrente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, distribuiu bolsas auxílio geradoras de novas identidades sociais, percebidas nas mudanças no modo de vestir dos discentes contemplados com o programa. Para a consecução do objetivo proposto, partimos de observações do cotidiano universitário e da aplicação de questionários, em forma de entrevistas, com os alunos do referido curso de História. A pesquisa foi realizada como um estudo de caso, conforme Amado (2013); na perspectiva teórica da História Cultural do Social, a partir de Roger Chartier (1991); em diálogo com Moscovici (2003) e Pollak (1992), estudiosos que tratam das representações sociais. Em termos metodológicos, utilizamos o método qualitativo proposto por Minayo (2011). Diante do exposto, espera-se compreender a relação entre as mudanças nas vestimentas dos discentes e a aquisição da bolsa auxílio ao ensino de graduação, entre 2015 e 2016, refletindo sobre ressignificações em suas identidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Universidade; Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação; Identidade; Vestimenta.

ABSTRACT

This research have the objective to reflect about possible identity resignifications of the pupils of the History course, night shift, of the Federal University of Campina Grande (UACS/CFP/UFCG), Cajazeiras campus, in virtue of the participation in the aid Program to the Teaching of Undergraduate, between the years 2015 and 2016. Defend-his the idea that this governmental program, resulting from the Program of Support the plans of Restructuring and Expansion of the Federal Universities (REUNI), with the objective of expanding the access and the permanence in higher teaching, distributing aid scholarship generators new social identities, perceived in the changes in the way of dressing of the students contemplated with the program. In order to achieve of the objective proposed, we started of observations of the everyday university life and of the application of questionnaires, in form of interviews, with the pupils of the aforementioned History course. The research was realized as one study of case, according to Amado (2013); in the theoretical perspective of the Cultural History of the Social from Roger Chartier (1991); in dialogue with Moscovici (2003) and Pollack (1992), scholars who deal of the social representations. In methodological terms, we utilize the qualitative method proposed by Minayo (2011). In view of the above, it is expected to understand the relationship between the changes in students' clothing and the acquisition of the aid scholarship to the teaching of graduation, between 2015 and 2016, reflecting about resignifications in their social identities.

KEYWORDS: Public Politic; University; Aid Program to the Teaching of Undergraduate; Identity; Vestment.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Homem caçando e coberto com pele de animais.....	23
IMAGEM 2 - Veste Egípcia.....	25
IMAGEM 3 - Indumentária Grego Romana.....	26
IMAGEM 4 - Vestuário Medieval.....	29
IMAGEM 5 - Rei escutando os seus súditos.....	30
IMAGEM 6 - Discente durante apresentação de seminário.....	47
IMAGEM 7 - Alunas durante intervalos das aulas.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REUNI- Nº de Vagas de graduação presencial no Brasil.....	39
GRÁFICO 2 - Aquisições com o recurso do Bolsa REUNI.....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - MODA E IDENTIDADE DE CLASSE	21
1.1 Conceito de moda e indumentária: surgimentos e distinções de classe	22
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS - DO REUNI AO PAEG	34
2.1 O que são as políticas públicas?	34
CAPÍTULO III - O CASO DO CURSO DE HISTÓRIA EM CAJAZEIRAS - PB	41
3.1 – Identidade	41
3.2 Vestimenta.....	45
3.3 Políticas Públicas.....	50
3.4 REUNI e novas identidades	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
FONTES	59
Entrevistas	59
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Ao iniciar este trabalho, lembro-me da árdua tarefa de escolher um tema de pesquisa. 2017, o ano mais difícil da minha graduação! A busca por um tema de pesquisa é o maior desespero de um graduando. Surgem vários questionamentos e indagações, o medo, a ansiedade, enfim... Não sei se acontece o mesmo com todos, mas comigo aconteceu. Perceber que a maior parte da turma já estava com um tema organizado e eu sem nenhuma definição era como andar em uma estrada e, em vez chegar ao destino, depara-se com precipício. A única certeza que eu tinha era o interesse de trabalhar com algum assunto relacionado à indumentária.

Durante as aulas da disciplina de Projeto de Pesquisa I, a professora Rosilene Melo chamou nossa atenção para as escolhas do tema, que procurássemos escrever sobre algo, do qual realmente gostássemos porque assim, a pesquisa se tornaria mais prazerosa. Em uma dessas aulas, ela ressaltou a importância de inovarmos em relação as nossas pesquisas, deixando um pouco de lado a escrita da história do local onde residíamos. Não que escrever sobre a história da nossa cidade fosse menos importante, mas que muitos dos trabalhos acadêmicos do curso se voltavam para o assunto – daí a importância de renovarmos as temáticas a serem pesquisadas. Ela ainda deu um exemplo, ao olhar para uma colega de turma, que a roupa usada pela aluna tinha uma historicidade. Então me perguntei: por que não escrever sobre aquele tema? Decidi que era sobre esses assuntos que eu gostaria de pesquisar. Mas qual caminho seguir? Qual metodologia? Qual corrente historiográfica?

Depois daquela aula me senti encorajada. A escolha do estudo da vestimenta como uma ressignificação identitárias dos discentes do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras, na Paraíba, surgiu a partir da observação de algumas mudanças no vestir dos discentes, em um determinado período de tempo. Isso me chamava muito à atenção desde que ingressei no curso. E assim se consolidou a escolha da temática do Projeto, tendo então um tema definido. Junto com ele, muitas inquietações, dúvidas e hipóteses. As ideias foram se lapidando no decorrer do tempo. Algumas modificações sendo realizadas até chegarmos aqui ao tema deste Trabalho de Conclusão de Curso: *Universidade, Política Pública e Vestimenta: ressignificações identitárias de discentes do curso de História noturno da Universidade Federal de Campina Grande (Cajazeiras, 2015-2016)*.

Conheçamos um pouco da história que pretendemos tratar nesta pesquisa. No ano de 2015, ingressei no curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, em Cajazeiras. Esse campus está localizado no Alto Sertão

paraibano. Nele temos o funcionamento de diversos cursos que abrangem áreas das ciências exatas, biológicas e humanas, estando dentro desta última área o curso de História, que está em funcionamento desde 1979. A maioria dos alunos do curso é oriunda do sertão, de regiões dos estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do norte e de Pernambuco. Além de garantir um ensino de qualidade, a instituição mantém programas que garantem a permanência dos discentes na instituição até o final da graduação, contando ainda com uma diversidade de laboratórios, que auxiliam no desenvolvimento de pesquisas.

No decorrer da minha formação comecei a perceber que a maneira como os alunos se vestiam, estavam passando por transformações nos modos de vestir. Isso despertava em mim a curiosidade de investigar a causa daquele fenômeno. Percebi essas mesmas mudanças em outras turmas do ano seguinte. Era possível verificar que existia algum fator influenciando essas ressignificações, mas eu só não sabia o como e o porquê isso acontecia. Por meio de algumas análises e reflexões, identifiquei que os alunos a passarem por essas ressignificações tinham adquirido uma bolsa de auxílio estudantil, na ocasião popularmente chamada de bolsa REUNI, que remetia a uma política pública de expansão das universidades federais: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Por este motivo o recorte temporal da nossa pesquisa se deu a partir dos anos de 2015 e 2016, pelo fato de ter sido durante esses anos que comecei a identificar as ressignificações. As vestimentas e modificações observadas no modo de vestir dos discentes levaram-me a encontrar uma política pública, e me fizeram perceber as dimensões sociais mais visíveis de uma política de governo. A relação entre os fatores desse processo – universidade, política pública e vestimenta – foi se configurando como meu objeto de estudo.

Segundo Lipovetsky (2009, p. 43), com a ascensão econômica da burguesia e o surgimento da moda, em meados do século XV, ocorreu uma grande distinção de classes que, conseqüentemente, proporcionou o surgimento de novas identidades sociais. Cada grupo social é caracterizado também pelo que veste. Se a ascensão econômica da burguesia possibilitou o surgimento de novas identidades, por que o REUNI, um elemento econômico, não iria possibilitar o mesmo? Esse Programa forneceu subsídios financeiros, para que os discentes do curso de História contemplados com a bolsa tivessem melhores condições de vida. Isso afetou, diretamente, as condições de vivência e o modo de vestir de cada discente. Com o incremento financeiro, o estudante passou a ter melhores condições de se vestir de outras formas, constituindo um processo de ressignificação identitária pela vestimenta.

Para que possamos entender melhor, o programa de apoio REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foi instituído no ano de 2007, pelo decreto nº 6.096,

“com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Diretrizes do REUNI MEC). O programa mudou as condições de acesso às universidades e as condições socioeconômicas dos discentes. O REUNI, no tempo em que esteve em execução entre os anos de 2002 a 2013, contemplou com bolsas de auxílio os estudantes graduandos que estivessem passando por dificuldades financeiras, e que não concorressem a outras modalidades de auxílio oferecidas pela instituição. Alguns requisitos se faziam necessários, para que o aluno fosse contemplado com este auxílio como, por exemplo, estar regularmente matriculado em cursos de graduação na modalidade presencial, o aluno não podia estar inserido em outro programa de assistência estudantil e, por fim, estar matriculado pelo menos em cinco disciplinas. Estes eram os requisitos básicos, além da situação de vulnerabilidade econômica, para que o aluno fosse contemplado com a bolsa. A partir de 2013, o REUNI foi progressivamente dando lugar ao Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (atualmente conhecido por PAEG), e consolidou um tipo de auxílio estudantil significativo para os discentes no ensino superior brasileiro.

Entendendo o REUNI e o público ao qual ele se destinava, a ideia que pretendemos defender nesta pesquisa é como o REUNI alterou perfis socioeconômicos universitários e, conseqüentemente, suas identidades sociais, de modo que a indumentária permite percebermos essas mudanças de identidades.

Para fundamentarmos teoricamente a pesquisa, utilizamos as ideias do historiador francês Roger Chartier (1991) sobre a História Cultural, que centra suas atenções no simbólico, pois esse fator seria influenciador de posições e relações sociais. A dimensão simbólica é um elemento influenciador importante para a construção das identidades de cada grupo social. Ou seja, para Chartier, passa-se de uma “história social da cultura” para uma “história cultural do social” em um processo que ocorre um desvio para cultura. A partir desse desvio, é possível perceber como ocorre a construção de identidades *entre práticas e representações*. (CHARTIER, 1991, p. 180).

Segundo Chartier (1991, p. 16), as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos uma realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. As representações também se constituem de esquemas intelectuais, que criam figuras nas quais o presente é dotado de sentido. Então, para esses grupos sociais construir identidades, é preciso que essas representações tornem algo presente por meio dos discursos e das práticas sociais e culturais. Nesse sentido, reciprocamente, as

representações geram práticas sociais e são geradas por elas. As representações estão associadas às práticas, e essas práticas resultam na construção de identidades. Por exemplo, as políticas públicas são práticas governamentais. À medida que essas políticas oferecem subsídios econômicos para que as pessoas melhorem as suas condições de vidas e o seu *status* econômico, elas irão construir novas representações e, conseqüentemente, novas identidades.

Aplicando essa teoria das representações ao REUNI, enquanto um elemento ressignificador das identidades dos discentes do curso de História, é possível chegar ao entendimento de como se constrói essas ressignificações e suas representações. À medida que os alunos recebem esse auxílio, eles passam a ter condições para a compra de novos produtos, entre os quais está a vestimenta. Essa compra de novas roupas passa por uma organização, para que possam adquirir uma imagem coerente, uma imagem que os tornem pertencentes ao grupo que eles desejam fazer parte. Afinal, identidade é também um gesto de filiação e pertencimento, no qual o indivíduo investe simbolicamente para construir uma imagem de si a ser ofertada ao social (POLLAK, 1992, p. 204).

Conforme Moscovici, “em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). A representação social dessas novas identidades que vão sendo construídas e reconstruídas constitui-se, ainda segundo Moscovici, em um novo *status*, em um novo sentimento de pertencimento. Quando o discente tem a condição material impulsionada por uma política pública ele passa a produzir uma representação, essa representação é perceptível pela mudança no modo de vestir. Através disso, nós podemos fazer uma leitura da sua identidade. A partir do que Moscovici defende, essas representações criadas pelo sujeito são elaboradas pelas condições sociais e, através dessas condições sociais, o discente vai elaborar e transmitir uma representação dele mesmo por meio do vestir.

Amparados pela chamada história cultural do mundo social, como o historiador Roger Chartier (1991, p. 17) propõe, é necessário fazermos um reexame dos fenômenos históricos a partir dos conceitos de “representações” e de “práticas sociais”. A “prática social” é vista como o centro de complemento e esclarecimento do mundo cultural e social. Não devemos entender a cultura e suas práticas estabelecidas além das “representações”, das “lutas de representações” e do “poder”. Chartier adota a definição da cultura a partir da perspectiva antropológica de Clifford Geertz:

O conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida (GEERTZ apud CHARTIER, 1990, p. 66-67).

É dessa forma que a história cultural da sociedade se faz importante para esta pesquisa, uma vez que auxiliará na identificação do modo pelo qual determinada realidade é construída e pensada. E ao nos voltarmos para a vida social, esse campo nos fornecerá subsídios para entendermos os motivos pelos quais ocorreram ressignificações identitárias dos discentes do curso de história durante o período de tempo estudado, entre os anos de 2015 e 2016.

Para a efetivação da pesquisa, em termos metodológicos, utilizamos como fonte entrevistas em formato de questionários, que foram aplicados com os próprios discentes do curso de História, turno noturno, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras. Inicialmente, foram selecionados 9 (nove) entrevistados. Estes foram escolhidos conforme a contemplação com a bolsa REUNI, entre os anos de 2015 e 2016, outro fator fundamental que colaborou na seleção dos entrevistados, foi a partir das observações do cotidiano acadêmico dos estudantes, nessas observações foi possível identificar os alunos que apresentavam essas mudanças no que se refere ao vestir. Fomos anotando alguns dos que apresentavam essas ressignificações, e em seguida aplicado os questionários, contendo perguntas: Quais mudanças ocorreram na sua vida após a contemplação com o REUNI? Você considera que houve mudanças no seu modo de vestir? Qual importância do REUNI? O que você pensa sobre sua identidade? Quais motivações o levaram a concorrer à bolsa?

Com os resultados obtidos, construímos discussões e chegamos ao resultado final dessa pesquisa, que consiste no caráter fundamental do REUNI no processo de ressignificação das identidades por ele beneficiadas.

À metodologia, o referido trabalho faz a opção pelo método qualitativo. Esta opção se justifica pelo fato de o método se preocupar com os aspectos dinâmicos e subjetivos da realidade, procurando aprofundar e compreender determinado grupo social, sendo este um dos objetivos a serem alcançados neste estudo. Para Minayo (2011, p. 22), a pesquisa qualitativa está ligada a diferentes fatores como crenças, emoções, atitudes entre outros. Estes representam um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos ou deixados prontos para serem usados.

Utilizaremos o estudo de caso como abordagem qualitativa do social, uma vez que esta faz uma abordagem e observação das entrevistas de forma investigativa, a fim de obter os

resultados desejados com a pesquisa. Segundo João Amado (2013, p. 121), o estudo de caso consiste na análise de um indivíduo, de um determinado acontecimento. Um estudo de caso é um método qualitativo e geralmente inclui um método de aprofundamento de uma única unidade. É usado para responder a perguntas que o pesquisador faz sobre o fenômeno que está sendo estudado. Os estudos de caso contribuem para uma melhor compreensão dos fenômenos individuais, organizações e processos políticos na sociedade. É uma ferramenta para entender a forma e a causa de uma decisão. Segundo Yin (2001, p.40), um estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que engloba uma metodologia a abranger tudo dentro de uma abordagem específica, para coleta e análise de dados. Essa abordagem é útil, quando o fenômeno a ser estudado é grande e complexo e não pode ser estudado fora de seu ambiente natural. Por meio deles, o entrevistado usará sua própria interpretação para expressar sua opinião sobre determinado tema.

Desta maneira, o nosso estudo de caso pode ser considerado como analítico, pois procuraremos fazer perguntas e gerar novas respostas sobre como o REUNI permitiu o acesso às Universidades para estudantes de baixa renda e consolidou uma política de auxílio estudantil que influenciou as ressignificações identitárias dos discentes.

Para organizarmos a pesquisa dividimos o trabalho em três capítulos, com a finalidade de facilitar a compreensão das ideias aqui expostas.

A proposta do primeiro capítulo, intitulado de *Moda e Identidade de Classe*, é discutir o conceito de moda e identidade na História, além de destacar como a roupa foi demarcando o lugar econômico dessas pessoas. Analisaremos a roupa como um artefato histórico e como ele foi utilizado em função da ideia de classe social. Neste capítulo, analisaremos textos que discutem o surgimento da moda e seu papel na sociedade para entendermos as suas especificidades e suas relações com o objeto de estudo desta pesquisa.

No segundo capítulo, *Políticas Públicas: do REUNI ao PAEG*, temos como objetivo discutir as políticas públicas no Brasil, especialmente o REUNI, política cultural importante no sentido de ampliar o acesso ao ensino superior e que, neste caso, influenciou a criação de novas identidades.

No terceiro capítulo, intitulado *O caso do curso de História em Cajazeiras-PB*, temos como objetivo discutir o espaço social deste trabalho: faremos a análise das entrevistas realizadas com os discentes, refletindo acerca de suas respostas e apresentando os resultados alcançados com ela. Confrontarmos a teoria com a prática, no sentido de como uma política pública pode influenciar na formação de novas identidades, e do poder da roupa de representar o lugar social que pertencemos.

As políticas públicas, como mencionado anteriormente, são *práticas* do Estado, aquele que é o gerador de cooperação e também de ajuda financeira. Quando o aluno recebe o benefício oferecido por estas políticas, ele inicia a construção de sua nova história, levando em consideração os eventos externos, o que inclui as novas condições econômicas a ele concebidas. O indivíduo fica sujeito a essas novas influências, gerando assim novas identidades sociais. Se considerarmos o caso da moda, pensamos a posição que ela ocupava na sociedade e sua relação com as formas de pertencimento a um determinado grupo social. A roupa diz muito sobre qual grupo o sujeito pertence, podendo, neste caso, evidenciar a relação existente entre políticas públicas e identidades sociais.

CAPÍTULO I

MODA E IDENTIDADE DE CLASSE

Todos os dias, quando acordamos, diante das opções que o guarda-roupa dispõe, escolhemos uma roupa e nos vestimos para executarmos as atividades previstas para o dia. Com base no que se tem no armário, faz-se a combinação certa de acordo com o clima e para onde se vai. Por trás dessa atitude tão comum na vida diária, além das características funcionais, a seleção de certa vestimenta tem a finalidade de mostrar o que essa pessoa é ou como ela deseja que os outros a vejam. A maneira como você cobre seu corpo é uma forma de mostrar seus gostos, suas crenças e, sobretudo, sua classe social. Indicando, inclusive, suas expectativas de se sentir bem e em conformidade com aquele grupo de pessoas que você pertence ou deseja aderir.

Na origem das roupas, os humanos adotaram vestimentas em busca de proteção. As roupas protegem da natureza, do frio e de ataques superficiais. Essa não é a única razão para entendermos a utilização de roupas pelas pessoas. O argumento de “proteção” não prova, por exemplo, porque aquelas pessoas que vivem em áreas quentes andarem vestindo roupas. Um segundo argumento se refere ao interesse estético de ornar o corpo, seja com roupas e adereços diversos, como fazem algumas comunidades indígenas no Brasil. No entanto, há um terceiro fator, cuja reflexão deu origem a este capítulo: a distinção de classe através da roupa. Essa motivação, seja social ou individual, mostra que a roupa é usada como forma de expressão humana ao demarcar posições.

As roupas contam muito da vida diária de uma pessoa, seja do meio social a qual pertence, até sua idade, orientação sexual, gênero, gostos estéticos, etc. Elas também podem funcionar de maneira oposta, ocultando imagens de alguns desses aspectos, ou mesmo imagens de todos eles. Vestir-se reflete comportamento, *status*, humor, temperamento das pessoas, busca por beleza ou até para atender a certos períodos do ano. Em outras palavras, o hábito de se vestir é histórico, mudando em função das épocas, dos lugares, das expectativas sociais e dos interesses dos sujeitos.

Entendemos o conceito de moda e seu surgimento, a princípio, em função de sua relação com os eventos aqui tratados – no campo dos discursos no qual ela aparece como elemento responsável por acontecimentos, e como um dos fatores influentes para distinção das classes sociais.

Como sustentáculo do que foi dito no parágrafo anterior, segundo Nery (2009, p. 9), a roupa entra na moda quando certas classes sociais aderem a uma determinada maneira de se

vestir, e todo o grupo social que constitui essa classe restrita incorpora essa forma. Mas quem pensa que isso é comum a todos os membros da sociedade está errado. Indivíduos de classes desfavorecidas podem até participar da realização dessas obras, mas não gozavam delas porque existem leis que determinam o que cada "casta" social devia usar.

Em seguida, é necessário destacarmos que a ideia de moda nem sempre existiu e se difere do conceito de indumentária – que tem suas raízes nos hábitos cotidianos e nas demandas humanas no passado.

Assim sendo, nossa proposta é refletir sobre como a roupa vai demarcando o lugar das pessoas, na sociedade, desde o momento em que a prática de se vestir surgiu. Referimos às variações das características das roupas, que surgiram com o intuito de diferenciar o que antes era igual. Para além da vestimenta do dito homem pré-histórico, referimos às roupas que foram demarcando formas de vestir e de pertencer a um grupo social na Antiguidade ou no Medievo: a roupa e a distinção social. Por meio das roupas, começamos a entender como as pessoas passam a estabelecer seu poder econômico esforçando-se para legitimar posições sociais.

Portanto, a importância de fortalecer a análise social e seu ambiente cultural é necessária para entendermos como isso foi acontecendo: a partir de que momento se estabeleceu um tipo de vestimenta ideal para cada grupo de pessoas na sociedade?

1.1 Conceito de moda e indumentária: surgimentos e distinções de classe

Para iniciarmos a discussão deste tópico, achamos relevante apresentar o conceito de moda e indumentária – até para que possamos entender como esses dois elementos são diferentes um do outro.

Segundo Carlos Durand (1988, p.126), o termo moda foi definido para a indústria do vestuário: “Segundo o dicionário, moda é um uso ultrapassado, ela regula o vestir, pentear e assim por diante”. Mas, ao mesmo tempo, é também "a arte e a técnica do vestuário". Em um sentido mais epistemológico da palavra moda, ela deriva de outra palavra em latim “Modus”, que significa modo. Enquanto isso, a indumentária é o vestuário utilizado em determinada época ou por determinado grupo de pessoas, apresentando características culturais próprias.

Conforme Laver (1989, p. 1), a história da indumentária tem início com o uso de folhas, fibras vegetais e peles de animais, no período denominado pré-histórico. A necessidade de o homem se vestir para se proteger do frio aconteceu devido à sucessão das eras glaciais, que resultou em baixas temperaturas em grande parte da região da atual Europa.

A partir de então, a roupa começou a ser produzida através da pele dos animais que, além de servirem para alimentar o homem primitivo, servia para vesti-lo. O homem passou a dar forma a essas peles de animais que, uma vez colocada sobre o ombro, impedia seus movimentos; e se secassem ficariam duras e dificultariam o manuseio. O homem descobriu, pois, um processo que permitia cortar as peles e moldá-las de acordo com o corpo.

Conforme podemos observar na **Imagem 1** (um), as primeiras tentativas de produções de vestimentas não estavam ligadas apenas à proteção contra o frio, ela demarcava o lugar de pertencimento social dos primeiros grupos humanos. Dessa maneira, aos poucos, o ser humano foi criando as soluções para os problemas a serem enfrentados. Segundo Patrícia Stefani (2013, p. 3), uma dessas soluções era o adorno, no qual buscava-se destacar e ao mesmo tempo se impor sobre os demais. Esse adorno utilizado transmitia a imagem de bravura. Então, além de proteção contra o frio, as peles de animais utilizadas representavam a aquisição de poderes e sobrevivência perante as adversidades.

Imagem 1- Homem caçando e coberto com pele de animais



Fonte: Museu da Pré-História em Tautavel, França.

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-como-vivia-homem-na-pre-historia.phtml>.IMAGEM 1

Com a invenção da agulha de mão, construída a partir do marfim de mamute, ossos e até mesmo das presas dos leões, foi possível costurar essas peças durante o período da Pré-história. Os indivíduos que viviam em regiões nas quais o clima era temperado utilizavam fibras de animais e vegetais. Segundo Laver (1989, p. 11), essa foi a ocasião em que ocorreu a descoberta da tecelagem, sendo o marco do desenvolvimento na Ásia central pelos

anteriores dos povos mongóis, onde o pelo e a lã eram colocados em uma esteira e depois eram penteados, possibilitando a produção de tapetes, roupas e tendas.

Naquela época, a tecelagem exigia uma morada fixa, pois o seu peso dificultava o transporte. Desta forma, exigia uma região para alimentar as ovelhas das quais cortavam o velo, as fibras eram fiadas e o fio era tecido em um tear. Com o surgimento da técnica da tecelagem ainda no período da pré-história, aproximadamente 3.500 a.C, a produção de tecidos demarcou o início da criação da roupa como vemos nos dias de hoje: utilizada de maneira simples para enrolar o corpo, mas que significava vestimenta. Foi assim que a manufatura se instalou e se desenvolveu, abrindo caminho, conforme Laver (1989, p. 12), para o desenvolvimento das roupas como as conhecemos nos dias de hoje.

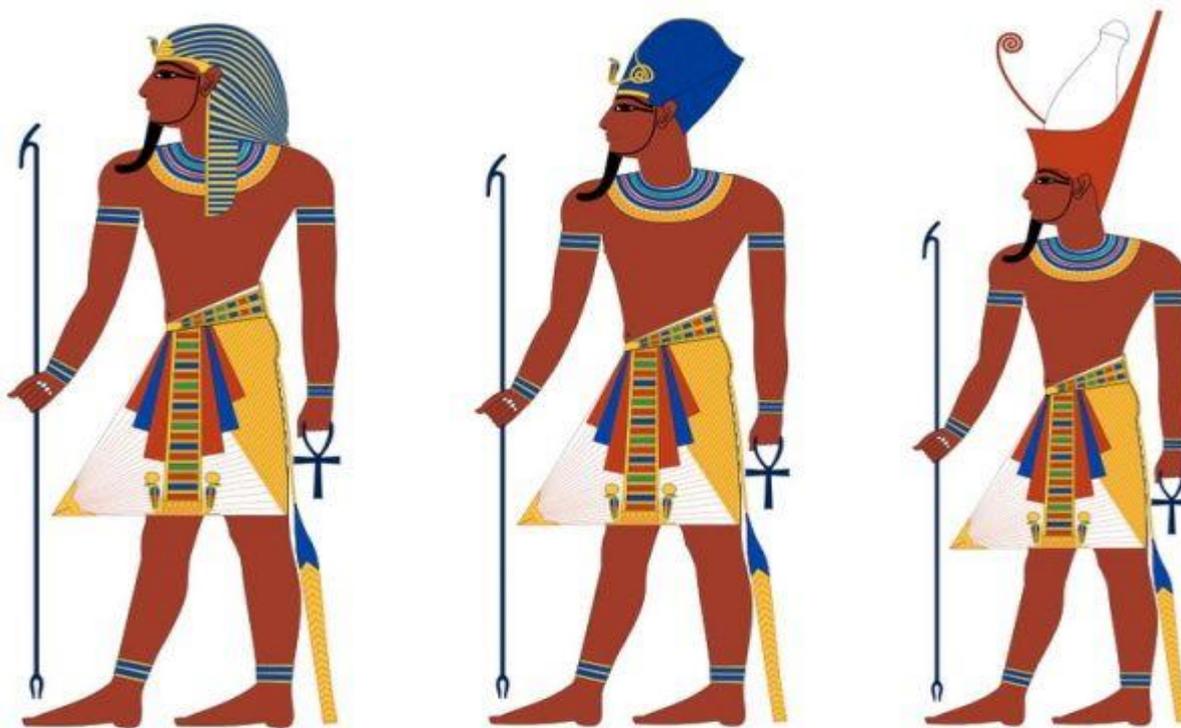
Desde o início do período pré-histórico, o uso da roupa não estava associado apenas a prevenir as agressões externas e o frio, pois nem todos os grupos utilizavam roupas, mas, optavam por utilizar enfeites que os tornassem distintos de outros grupos. Esses ornamentos que utilizavam no corpo eram sinais vivos de sua bravura, constituindo uma decoração que os ajudavam a se impor sobre os outros animais. Foi durante este período que o homem começou a dominar a natureza, manipular os artefatos, sendo o período que se tem como do assentamento das primeiras tribos e clãs. O homem saiu da vida nômade para entrar na vida sedentária. Foi neste período que o vestir passou a ter muito a ver com a possibilidade de marcar a coesão social, de reunir o grupo. O que você vestia permitia que o outro entendesse que você permanecia na mesma comunidade que ele.

Em algumas sociedades antigas, como a egípcia, por exemplo, com a descoberta da tecelagem da lã, as roupas começam a ganhar um novo caráter e uma nova maneira de ser utilizada sobre o corpo. Os egípcios optaram por usá-las enroladas sobre o corpo. Muitas das vezes mantinham sua cor original, outras tingidas com o uso de um espectro de cores e formas geométricas. Para esses povos, as utilizações das cores traziam consigo um significado, por exemplo, a roupa branca era o símbolo da pureza; e a fibra que melhor caracteriza essa representação era o linho, que sobre o reflexo da luz solar clareava-se naturalmente tornando-o branco.

A utilização da pele de animais já não era mais tanto utilizada nessa sociedade. Após a conquista de Alexandre, as vestimentas produzidas por pele de animais foram proibidas, pois de acordo com a sua religiosidade, consideravam impuro o uso da lã. O traje característico da época era o *chanti*, conforme a **Imagem 2** (dois). Essa vestimenta era um pedaço de tecido utilizado como tanga e preso por um cinto. Sob o Novo Império (1500 a.C. - 332 a.C), os faraós passaram a utilizar uma túnica longa, franjada e transparente, permitindo

desta forma ver o *chanti* que estava por baixo. A utilização das vestimentas já demarcava o lugar das pessoas na sociedade na Antiguidade oriental, conforme imagem 2, cuja indumentária vai exercer o mesmo papel no Egito, onde o próprio faraó tinha uma vestimenta especial decorrente de seu lugar divino.

Imagem 2- Veste egípcia – *Chanti*.



Fonte: Pinterest

Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/310396599290853932>

Entre os gregos e romanos do século VII ao Século I a.C, as vestimentas não possuíam uma forma específica, sendo um tecido retangular, sem nenhum tipo de corte ou costura, podendo ser ajustado sobre o corpo. A vestimenta que caracterizava os gregos era o *quítion*, que podia ser preso sobre um dos ombros, ou até mesmo nos dois, com o auxílio de um alfinete, sobre a cintura colocava-se um cordão. As pregas e as dobras eram características das vestimentas gregas e romanas. As combinações romanas eram marcadas pela túnica e toga para os homens, e túnica e palla para as mulheres.

Imagem 3- indumentária Greco romana

Fonte: Internet (Domínio público)

Disponível: <https://blogdamaricalegari.com.br/2018/03/04/historia-da-moda-indumentaria-greco-romana/>

Segundo Fogg (2013, p. 5) descreve, na utilização da indumentária romana, as túnicas femininas eram mais longas, soltas e franzidas com um cinturão sob o peito, na cintura ou nos quadris; e as masculinas se estendiam até a altura dos joelhos. Existiam vários modelos de túnicas. Porém, não tão diferente da Pré-história e da Antiguidade oriental, na Antiguidade Ocidental, as túnicas e vestes específicas dessa época eram utilizadas conforme a função social dos sujeitos, de modo que homens e mulheres vestiam túnicas.

Até aqui fica perceptível que a moda nem sempre existiu, sendo mais apropriado o uso do termo indumentária para as vestimentas, que historicamente, foram criadas. Porém, ao acompanharmos o desenvolvimento da indumentária e as suas fases ao longo do tempo,

algumas vezes moda e indumentária chegaram a ser confundidas com o mesmo objeto. Embora apresentem usos e sentidos e tenham se desenvolvido diferentemente, a indumentária e a moda são formas distintas de pensar a vestimenta. Como propõe um estudioso do tema: “A história do vestuário é com certeza a referência privilegiada de tal problemática. É antes de tudo à luz das metamorfoses dos estilos e dos ritmos precipitados da mudança no vestir que se impõe essa concepção histórica da moda” (LIPOVETSKY, 2009, p. 25).

Segundo a definição “lipovestskyana”, exposta no livro *O império do Efêmero*, a moda não pertence a todas as épocas nem muito menos a todas as civilizações. Ela é filha do capitalismo e seu surgimento está inteiramente ligada e inseparável do desenvolvimento do mundo moderno ocidental. Ela, a moda, se concretiza como o símbolo da sedução que caminha lado a lado com o crescimento cultural da sociedade. Como uma forma de reduzir as barreiras econômicas e sociais, as classes mais baixas, com menor poder de adquirir bens materiais, aumentaram o consumo com a finalidade de conquistar títulos na sociedade:

Só a partir do final da Idade Média é possível reconhecer a ordem própria da moda, a moda como sistema, com suas metamorfoses incessantes, seus movimentos bruscos, suas extravagâncias. A renovação das formas se torna um valor mundano, a fantasia exhibe seus artifícios e seus exageros na alta sociedade, a inconstância em matéria de formas e ornamentações já não é exceção mas regra permanente: a moda nasceu (LIPOVETSKY, 2009, p. 5).

Nesses termos, foi durante a Idade Média que ocorreu a fase inaugural da moda. O sistema feudal que tinha como base principal a exploração da mão-de-obra entrou em processo de desintegração a partir do século XI. O fim da invasão Germânica na Alta Idade Média tornou as condições de vida das pessoas mais estáveis e a população aumentou gradativamente, aumentando o consumo e exigindo maior produção agrícola. Com o uso de arados de ferro e o beneficiamento de usinas hidráulicas, a expansão da área de produção e o desenvolvimento da tecnologia agrícola produziram excedentes de produção e passaram a comercializá-los. Esse fato contribuiu para a transformação da sociedade rural europeia. Desde o século XI, a Europa formou um enorme mercado consumidor de produtos orientais de luxo, como seda, tapetes, joias e, principalmente, especiarias, como cravo, canela, pimenta-do-reino e gengibre. Com a ampliação da oferta de gêneros agrícolas e o desenvolvimento das cidades a economia teve forte ascensão.

Foi dentro deste contexto histórico que a burguesia teve forte ascensão, devido ao fato da ampliação das relações comerciais pelo mundo. Na medida em que novas rotas comerciais foram sendo traçadas pelo Mar Mediterrâneo, a burguesia foi ascendendo seu

status comercial e lucrativo. A emergente burguesia da Europa ocidental lutou para se posicionar em um nível social superior, ou pelo menos tentando chegar perto desses níveis, reproduzindo sua aparência.

A execução automática de tarefas industriais da produção, que tem origem durante a Revolução Industrial (1820 e 1840), alicerçou o poder da burguesia e do sistema capitalista. Marques afirma que a indústria têxtil e o avanço do comércio favoreceram o contato entre diferentes povos. Durante esse contato, a observação dos costumes locais era realizada e o resultado era a origem de novos conceitos inovadores – elementos relevantes para que ocorresse essa diversificação da vestimenta e a intensificação das trocas culturais:

Ora, o desenvolvimento da indústria têxtil, cujos centros principais foram a Flandres, o norte da Itália e, um pouco mais tarde, a Inglaterra, trouxe consigo a fabricação de numerosíssimas qualidades de panos. São dezenas e dezenas de tecidos diversos que os documentos dos séculos XIII, XIV e XV nos revelam. Cada cidade possuía, praticamente, o seu tipo de pano especial, de cujo fabrico só ela conhecia o segredo que ciosamente guardava (MARQUES, 2010, p. 46).

A moda, de muitas maneiras, surgiu de novas condições de produção, mas também se beneficiou do crescimento populacional, crescimento da riqueza coletiva, vida urbana e crescimento industrial dos têxteis, fortalecimento do comércio e, portanto, do contato entre as pessoas. A ascensão da burguesia, os conceitos individuais, que marcaram o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, também marcaram a origem do desenvolvimento da moda, especialmente consolidando formas distintas de vestir para homens e mulheres, para pobres e ricos, para membros de diferentes agrupamentos sociais, conforme podemos ver na imagem 4 (quatro).

Imagem 4



Fonte: Vestuário medieval.

Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/medieval/p6.php>

Em meados do século XIV, portanto, ocorreu uma importante mudança na sociedade ocidental: a moda foi inventada. O vestuário foi se desenvolvendo cada vez mais com o surgimento de novas técnicas de costura, que facilitaram a produção de aviamentos. Os artesãos de cidades europeias desenvolveram certas habilidades para a produção de tecidos e vestimentas. Era perceptível uma diferença entre o vestuário masculino e o feminino, os homens usavam calças justas, as mulheres usavam vestidos longos, formas específicas de revelarem os seus corpos. A partir daquele momento, os vestidos eram usados somente por mulheres membros da Igreja e acadêmicos. As calças, que permitiam liberdade de movimentos, tornaram-se símbolos exclusivos da autoridade masculina. Acessórios típicos marcam esse primeiro momento da moda: as mulheres usavam enormes chapéus em formato de cone, os homens continuavam usando meias e calções, mas agora por uma questão de pudor, costurados em uma forquilha. Além disso,

Sobre o órgão sexual usavam uma espécie de suporte que tinha mais característica de adorno do que proteção (...). Esse detalhe era de fato para evidenciar, ou melhor, exibir toda a masculinidade e virilidade do portador. Nas pernas usavam meias coloridas, muitas vezes com características diferentes (cores e/ou listras) para cada perna, o que simbolizava um código de pertencimento ao seu respectivo clã, uma espécie de heráldica através das roupas (BRAGA, p. 45, 2004).

No século XIII, um grande número de mercadorias era adquirido por um número igual de pessoas. Graças aos comerciantes, as classes mais altas da sociedade podem estocar seda e pedras preciosas, enquanto as de menor *status* vestiam-se apenas com os tecidos naturais, de menor valor e significado. Havia um interesse evidente de demarcar as posições sociais por meio da forma de se vestir, permitindo a identificação socioeconômica dos sujeitos por meio das vestimentas utilizadas.

Imagem 5- Rei escutando os seus súditos.



Fonte: Blog Ricardo Costa

Disponível em: Disponível em: www.ricardocosta.com.

Na **Imagem 5** (cinco), podemos identificar o contraste entre as roupas aristocráticas (à direita) e as roupas dos pobres (à esquerda) que ocorria durante a Idade Média e a Idade Moderna. As roupas do rei revelavam toda a sua riqueza. A capa, comparada com o sujeito à sua frente, é de um azul muito rico, indicando que ele tem dinheiro suficiente para evitar que desapareça. O azul também está relacionado ao significado religioso, indicando que o rei é um servo fiel da Igreja. Outra forma de expressar seu poder é se enfeitarem com ouro, joias e roupas coloridas como o roxo e o vermelho, que originalmente eram as cores mais caras das roupas. O vermelho indicaria prestígio político. E não é por acaso que tal tom de cor pode ser observado tanto no corpo do rei, como o cardeal ao seu redor, que personificam o poder da Igreja Católica e do Estado.

Quase não há diferença nas cores usadas pelos objetos enfileirados em suas roupas, porque, tradicionalmente, quanto mais roupas diferentes uma pessoa usa, mais alto é o seu *status*. As cores de composição das roupas dos camponeses estão intimamente relacionadas aos seus nichos sociais, como os tons verdes e terrosos, lembrando que essas pessoas estão sempre sujas de trabalho, e reiterando que seu baixo *status* em uma sociedade limpa e organizada sempre envolve tempo, dinheiro e despesas. À medida que a burguesia transforma riqueza em aristocracia com mais rapidez e facilidade, o sistema de especificação de cores e formas das classes sociais mais altas começa a mudar. A razão para a posição elevada é o custo óbvio das roupas: materiais abundantes, decorações extras, etc.

Aos poucos, com o desenvolvimento dos espaços urbanos e das técnicas de produção dos tecidos, o vestuário da nobreza foi se disseminando em novas camadas da sociedade. Desta forma, tivemos uma propagação da moda na classe média e até mesmo na pequena burguesia. Mas, ainda impedidas aos pobres. Segundo o que discute a historiadora Maria Giusepina (2015, p. 145), durante séculos, se considerou possível regular pelas leis as aparências de homens e mulheres. As escolhas a respeito da aparência não eram uma questão privada, mas constituíam matéria de intervenção pública.

Em uma sociedade que atravessou os séculos entre a Idade Média e a Idade Moderna, as roupas foram de imensa importância: elas significavam privilégio, marcaram distância social. São obviamente utilizadas para proteção contra o frio e também podem ser usadas como dinheiro. Estudantes de regiões transalpinas de Bolonha frequentemente pagavam as suas despesas e compravam seus livros com tecidos. As transformações ocorridas nos tecidos, couro, enfeites e joias foram importantes no processo de identificação social. Segundo o que discute a historiadora Maria Martínez, o vestuário desempenhava um papel na percepção do estatuto do indivíduo:

Ao sair da igreja, ao tomar assento na assembleia camarária, ao participar nas festividades da sua cidade, o burguês sentia sempre o desejo de superar o seu concidadão. Pretendia chamar a atenção sobre si através da qualidade de tecido que envergava e da forma como o talhava. Queria, em suma, mostrar-se diferente, mais rico, e mais belo (MARQUES, 2010, p.45).

Se a roupa falava sobre as condições sociais, também indicava o grupo a que pertencia o usuário: esta ou aquela pessoa gostava desta ou daquela ordem religiosa nesta ou naquela categoria social. Eles também apontavam a marginalidade ou, mais precisamente, a qual categoria a pessoa pertencia em uma pirâmide social. Portanto, a marginalidade não é

entendida como excluída pela sociedade urbana, mas como o distanciamento da categoria mais importante e tida por adequada.

Foi essa mudança na forma de vestir e de viver que pôs fim à história do vestuário e aberta à história da moda. “A moda não permaneceu acantonada – longe disso – no campo do vestuário. Paralelamente, em velocidades e em graus diversos (...) foram atingidos pelo processo da moda, com suas paixões e suas oscilações rápidas” (LIPOVETSKY, 2009, p. 25). Durante o Renascimento, a moda europeia procurou enfatizar as características de cada gênero.

A população e o crescimento urbano resultaram em um vestuário diferenciado entre homens e mulheres, moldando os corpos e dando um caráter estético além da utilidade. Enquanto os ombros das roupas masculinas se alargavam e a proteção genital era maior, as mulheres valorizavam a figura em forma de ampulheta, apertando e conduzindo à origem do espartilho responsável pela redução da cintura feminina. As vestes das camponesas não eram compostas pela mesma extravagância se compararmos com a da corte. Como exemplifica Laver (1989, p. 91).

Não é necessário dizer que o rufo era um sinal de privilégio aristocrático. É um exemplo extremo da tendência de as roupas masculinas mostrarem que aqueles que as usavam não precisavam trabalhar, ou mesmo realizar qualquer tarefa que exigisse esforço, e, à medida que o século avançava, os rufos foram ficando cada vez maiores, a tal ponto que é difícil imaginar como as pessoas conseguiam levar os alimentos à boca.

O que podemos identificar é, portanto, uma mudança constante nas civilizações e sociedades, que deixaram de ser completamente fechadas, para se tornarem abertas às diferenças e trocas culturais. Essa mudança só se concretizou com o espírito humanista, impulsionada pelo desenvolvimento do comércio e das comunicações marítimas, contribuindo desta forma para a origem da moda. Isso significa que a forma de se vestir possui uma historicidade, mudando de acordo com os espaços e tempos, respondendo às demandas socioculturais de cada grupo humano. Esse percurso nos trouxe à ideia de moda, entendida enquanto forma de vestimenta conectada com a afirmação de identidades socioculturais e com o fluxo constante dos sentidos impostos pelo capitalismo.

Lipovetsky afirma que, a distinção das classes só foi possível devido à ascensão econômica da burguesia e ao crescimento do Estado moderno, que juntos, tornaram real a promoção social das classes trabalhadoras. Durante muito tempo o vestuário seguiu a ordem do vestir que ia de acordo com as condições. Os grupos humanos usavam as vestes que eram

próprias para sua região, sendo as classes mais baixas impedidas de se vestirem como os nobres, de utilizarem os mesmos tecidos. Para termos uma noção, os artesãos eram proibidos de confeccionar roupas para pessoas que não se enquadrassem na categoria e *status* da alta sociedade:

Introduzindo continuamente novidades, legitimando o fato de tomar exemplo nos contemporâneos e não mais no passado, a moda permitiu dissolver a ordem imutável da aparência tradicional e as distinções intangíveis entre os grupos, favoreceu audácias e transgressões diversas não apenas na nobreza mas também na burguesia (LIPOVETSKY, 2009, p. 46).

Isso se relaciona diretamente com nossa reflexão, na medida em que o mundo contemporâneo estabelece uma relação com a vestimenta que ultrapassa a noção de indumentária para se assentar no conceito de moda. O consumo deliberado de roupas para pertencimento a grupos sociais e o enquadramento às demandas sociais de compra fazem do vestir contemporâneo, a continuidade dessa historicidade em torno das formas e modos de vestir: uma relação entre moda e identidade de classe.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS – DO REUNI AO PAEG

Se no primeiro eixo deste trabalho está a moda, no segundo eixo temos as políticas públicas. Desta vez, ao contrário do capítulo anterior, não será feito um longo percurso histórico diacrônico. Antes, analisaremos o cenário recente de construção de políticas públicas que alteraram o quadro social das Universidades federais brasileira, já no século XXI. Esses dois elementos – a moda como fator de distinção social e a emergência de políticas públicas para a educação – serão postas em diálogo no terceiro capítulo deste estudo.

Durante as primeiras duas décadas deste século, temos um expressivo crescimento por parte do Governo Federal no que se refere a investimentos e programas que viessem a favorecer o acesso e a permanência dos estudantes no nível superior. Segundo os dados do INEP, que datam dos anos de 2001 a 2018, isso foi imprescindível para que 13 milhões de jovens de classe baixa concluíssem sua graduação.

Dentre essas medidas que foram adotadas para que os jovens pudessem permanecer no ensino superior, conforme podemos encontrar no portal do MEC, denominado de “Programas e Ações”, que consistem em propiciar a formação inicial em um curso superior, a formação continuada e sua capacitação, dentre eles programas como: FIES, Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), Programa Educação Tutorial (PET), REUNI e entre outros, se destacam e ganham protagonismo importante no que se refere ao ingresso no ensino superior e sua permanência. Dentre os programas mencionados, escolhemos estudar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Esse fator não irá favorecer apenas a expansão das universidades federais, mas também possibilitará o surgimento de novas identidades, à medida que o fator econômico concedido a esses estudantes de classe baixa os colocou em uma nova posição econômica.

Para entendermos, como uma política pública como o REUNI foi capaz de ressignificar as identidades, é necessário entendermos como ela funciona e como está organizada. Depois disso, devemos partir para a compreensão do conceito de identidade na atualidade e como esta é definida partindo do pressuposto que as identidades estão em constante transformação, podendo ser edificada pela cultura, religião, gênero, etc. E o sujeito se torna o principal ator dessa construção, decidindo o que vai fazer parte dessa identificação.

2.1 O que são as políticas públicas?

Antes de adentrarmos na discussão do que significam as políticas públicas educacionais nas quais está inserido o REUNI, objeto desta pesquisa, é importante entendermos o conceito de Política dentro da história:

A política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade. Homens que, portanto, têm todas as condições de interferir, desfiar e dominar o enredo da história (MAAR, 1994, p. 8).

Como podemos identificar na citação acima, a política é o resultado das ações do homem no meio social. Mesmo esse termo ainda sendo utilizado de maneira muito genérica, é possível identificarmos o seu significado e sua necessidade ao longo da história. Infelizmente na atualidade circula uma ideia pejorativa do conceito de política, especialmente diante de uma descrença com o cenário político e partidário nacional. As definições mais comuns que costumamos ouvir é a política como algo não confiável, de uma conduta duvidosa, um modo de organização de uma instituição, são as propagandas eleitorais ou a algo que esteja diretamente ligado a partidos políticos. Quando na verdade o que devia vigorar é aquele significado no qual a palavra política vem do grego politikós, que significa algo ligado a polis, ou seja, aquilo que é de interesse do homem enquanto cidadão da polis que no caso era a cidade.

Partindo da ideia que a política é algo público, essa definição é fundamental para pensarmos as políticas públicas. Uma vez que, durante os processos eleitorais, seja para presidente, senador, deputado, prefeito, vereador, o que nós esperamos dos nossos representantes eleitos é que eles possam administrar com eficiência as diferentes áreas de políticas públicas, que partem de diversas demandas e setores sociais, entre as quais está a educação. Na medida em que a democracia se aprofunda e se expande, as responsabilidades do estado são diversas. Se considerarmos que a função do Estado é promover o bem-estar social, é preciso que ocorra a formulação de uma série de ações para atuar diretamente em diferentes áreas, como saúde, educação e meio ambiente, por exemplo. Para alcançar resultados em diferentes áreas e promover o bem-estar social, o governo utiliza as políticas públicas.

Mas, o que vem a ser políticas públicas? Na verdade não existe um único conceito ou definição para o que esta significa. O que de fato existe são os elementos que devem se fazer

presentes no momento que pensamos em políticas públicas: “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2012, p. 02).

Com base no entendimento de Secchi, as políticas públicas são caracterizadas por um conjunto de ações do governo. Essa ação elaborada tem como finalidade enfrentar um problema público, isto é, que considere a coletividade social. Dessa forma, a política pública é o resultado da atividade política requerendo diversas ações estratégicas destinadas à concretização dos objetivos almejados, a partir de um conjunto de decisões e ações que visam resolver os problemas públicos. As políticas públicas são determinantes para a política. Ou seja, são as políticas públicas que estruturam o sistema político, uma vez que elas determinam os espaços dos atores e delimitam os desafios a serem enfrentados pela sociedade.

É importante ressaltar que a possibilidade de análise parte tanto da perspectiva das ações governamentais, aquilo que ele faz, quanto do ponto de vista da sua inação diante de um problema público que é aquilo que ele não faz. Quando o governo resolve e enfrenta um problema público, a política pública assume um papel positivo. Caso ocorra o contrário, ela assume um papel negativo. Podemos entender as políticas públicas dentro de um campo do conhecimento, como a análise das ações governamentais e não governamentais. É dentro desta ideia que essas políticas se constituem como ações e programas com objetivos do que fazer, como fazer e onde atuar.

Em síntese, a política pública é a política sendo colocada em ação, de forma a beneficiar a população para as quais as necessidades da sociedade são preparadas por especialistas em vários campos da área. Nesse sentido, a política pública pode ser vista como um sistema de tomada de decisões públicas voltadas para ações preventivas e melhoria da conjuntura social, ao tomar estratégias de ação, deve-se também levar em consideração recursos que podem ser usados para atingir as metas estabelecidas. As políticas públicas são institucionais, ou seja, é formulado ou decidido por uma instituição legalmente constituída, segundo recursos e decisões, se é benéfica à população ou não.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2006, p. 20-45).

As políticas públicas são as medidas, ou melhor, as ações que o Estado promove, ou deixa de fazer, quando a população fica sem a implementação de políticas públicas que necessita.

Em termos de políticas públicas no Brasil, as primeiras atividades sistemáticas surgiram em meados da década de 1930. Durante esse período, ocorreram as primeiras mobilizações do conhecimento científico, que serviram de subsídio para a implantação das políticas públicas no Brasil, especificamente entre os anos 1930 e 1950. Com o passar do tempo, as políticas públicas ficaram marcadas pelo caráter setorial, ou seja, algumas políticas ganharam mais atenção do Estado em detrimento de outras, ocorrendo assim o fato de exclusão em determinadas áreas como, por exemplo, educação, saúde, habitação, entre outras.

Movimentos sociais se originaram no Brasil durante o regime ditatorial, objetivando a reivindicação de políticas que beneficiassem a população. A ditadura era caracterizada pelo seu conservadorismo, um governo centralizador e autoritário, não constituindo um Estado de bem-estar social que estivesse voltado para políticas públicas, que beneficiassem a população. No final de 1980, segundo Zambon e Pereira (2018, p. 17), com o processo de redemocratização brasileira e com Constituição Federal de 1988, foi colocada em destaque a descentralização e também a participação dos cidadãos na formulação das Políticas Públicas. Essa descentralização e participação dizem respeito à formulação das políticas e dos programas sociais, deixando de ser apenas centralizado na esfera federal, e passando a ser também competência dos Estados e municípios, ou seja, houve uma redistribuição do poder de implementação e fiscalização das ações governamentais.

Neste cenário brasileiro da década de 1980, novos atores atuaram na formulação e implementação das políticas públicas, que procuraram tirar o Estado como o único e exclusivo detentor de formulação e implantação de políticas sociais, dividindo, desta forma, a responsabilidade dos serviços juntamente com a sociedade civil, e implementando parcerias entre Estado e sociedade.

Foi assim que as formulações das Políticas Públicas trilharam um longo caminho até chegarem aos dias atuais, abrangendo mediações bastante complexas, envolvendo setores socioeconômicos, culturais e políticos, que movimentam as esferas federal, estadual, municipal e também a iniciativa privada. Disso resultam as políticas públicas voltadas para a educação. As políticas públicas educacionais são

[..] tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais

específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, s.p.).

Assim, o conceito de educação ultrapassa o ambiente escolar. Porém, esta é dirigida por um sistema educacional que está sob a coordenação das políticas públicas, por isso a necessidade de um ambiente estudantil como as escolas e universidades. A política pública de educação é um processo no qual a educação ganha uma forma organizada, contínua, prescrita e definida com objetivos e benefícios relacionados à aprendizagem dos sujeitos.

A educação tem sido uma das soluções encontradas para o progresso do país. Os debates propostos sobre o assunto trazem a educação como um dos fatores capazes de superar as desigualdades e problemas sociais. Para que isso se concretizasse foram criadas políticas públicas de acesso ao ensino superior, com o objetivo de permitir às pessoas das camadas mais baixas da sociedade e excluídas o acesso à educação e ao ensino superior.

Tendo como base que a educação é direito do indivíduo, estando sobre a obrigação do Estado, deve constar na base das políticas públicas a garantia à qualidade social e constitucional: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (C.F, art. 205, caput, 1988, p. 63). Portanto, o Estado incumbe-se no dever de programar políticas que ofereçam suporte ao desenvolvimento da sociedade.

No período em que Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores) governou o país, entre 2003 e 2010, foram executados os principais programas até então criados e que tinham como finalidade incentivar o acesso à educação e a permanência dos estudantes nas Universidades, como: o Programa Universidade para todos - PROUNI, (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) - REUNI com o foco, de facilitar o acesso ao ensino superior. O Governo criou uma série de programas cujo objetivo principal era proporcionar maior acesso à educação e, assim garantirem maior qualificação para o mercado de trabalho.

O programa de Bolsa Auxílio ao ensino de graduação, mais conhecido como bolsa REUNI, foi concebido no ano de 2009 e contava inicialmente com 600 bolsas, ampliando-se nos anos posteriores para 1.200 bolsas. Sua concentração se deu a partir de critérios socioeconômicos específicos, garantindo por meio deste a permanência de estudantes dentro das universidades.

Na visão do governo federal, mais especificamente na visão do Ministério da Educação órgão do poder executivo, para implementar a política nacional de educação, o

REUNI foi estabelecido com o objetivo da expansão da democratização do ensino superior pelo aumento significativo do corpo discente da classe social de baixa renda das universidades públicas.

Em termos de quantidade, recursos financeiros, expansão do currículo e ampliação da estrutura física, o REUNI levou ao aumento do número de universidades e campus. Conforme evidenciado pelos resultados fornecidos pelo MEC (2012), foram construídas 10 novas universidades, totalizando 63 IFES, integração e implantação de 115 campi universitários e expansão curricular (53%), vagas (70%) e matrículas (66%) até 2012. Sobre isso ver o **Gráfico 1** abaixo:

Gráfico 1- REUNI- Nº de Vagas de graduação presencial no Brasil



Fonte: MEC, 2012.

No relatório do MEC, sobre os resultados do programa REUNI de 2003 a 2012, a justificativa do plano de expansão da universidade federal implementado pelo governo comportava duas razões principais: I) Reconhecer o papel das universidades como catalisadoras do desenvolvimento do país, tanto economicamente, quanto social; e II) Críticas ao elitismo recém-chegados à universidade, ainda que a educação seja entendida como um direito, uma vez que a constituição a garante a todos (MEC, 2012). Nas diretrizes gerais do REUNI, além de ampliar o número de vagas de forma pura e simples, o plano também prioriza assistência econômica aos alunos menos favorecidos, das camadas mais baixas e a sua inclusão favorecendo a igualdade.

De modo geral, é importante ressaltar, que o programa REUNI, não contribuiu apenas para a expansão das Universidades, mas também garantiu a permanência desses estudantes dentro do campus no qual é ingresso, oferecendo subsídios econômicos que serviram nas despesas com apostilas, vestimentas e alimentação. Subsídios para que o aluno permaneça na instituição e viesse a concluir o ensino superior. Assim, temos a Universidade enquanto um espaço que é capaz de transformar os grupos sociais menos favorecidos. Nessa perspectiva Saraiva e Nunes (2011, p. 3) apontam as Universidades como essenciais na inclusão dos grupos minoritários capazes de garantir o seu direito ao conhecimento igualitário.

Segundo Bittar, Oliveira e Morosini (2008, p. 7) relatam que, houve um crescimento de 120% no número da expansão e criação de novas instituições, e com relação a vagas é de 180% no número de cursos de graduação presencial. Sendo estes um grande motivador para que as taxas de retorno se elevassem, pela conclusão do ensino superior e obtenção do diploma. Dentro dessa perspectiva, essa política pública beneficia os atores sociais, como os alunos oriundos de classe baixa, a acessar o ensino superior, em uma localidade mais próxima da sua residência.

A partir de 2013, com a extinção oficial do REUNI, a política de auxílio estudantil universitário pelo governo brasileiro foi sendo constantemente reformulada para o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG), estabelecendo apoios financeiros para manutenção dos estudantes nas instituições federais de ensino superior. Essa modalidade de assistência estudantil tem no REUNI, portanto, sua origem sociopolítica, consolidando uma prática de atribuição de bolsas auxílio para permanência estudantil, especialmente em situação de vulnerabilidade econômica, que por bastante tempo ainda foi chamada de bolsa REUNI, mas que atualmente tem sido mais conhecida pela sigla PAEG¹.

1

¹ Regulamentado pela Portaria 080/2008, que foi parcialmente alterada pela Portaria 144/2014, que objetiva prestar assistência a estudantes dos cursos de graduação, sobretudo os/as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de auxílio financeiro de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), a fim de contribuir para a permanência e conclusão dos seus cursos em tempo regular nesta Universidade.

CAPÍTULO III

O CASO DO CURSO DE HISTÓRIA EM CAJAZEIRAS - PB

Para iniciarmos este capítulo, é necessário destacarmos que a Universidade Federal de Campina Grande, nomeadamente o campus de Cajazeiras, está situada em uma região com uma localização geográfica específica: o sertão do estado da Paraíba. Ela atende a demanda regional nos setores de educação e saúde, reunindo grandes áreas no semiárido do Nordeste, abrangendo os estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Segundo Thompson Fernandes (2009, p. 25), o Centro de Formação de Professores nasceu

[...] por meio da Resolução nº 62/79 do Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, tendo sido inaugurado em 03 de fevereiro de 1980. Sua criação, como Campus V da UFPB, confirmou e fortaleceu a tradição educacional da cidade. Neste período foram implantados os Cursos de Licenciatura em Ciências, Letras, Pedagogia, História e Geografia. Este Centro forma professores para o ensino fundamental e médio de toda região, além de oferecer o curso de Técnico em Enfermagem e de Higiene Bucal em nível médio. Estes últimos habilitam profissionais para atuarem na promoção, prevenção e reabilitação da saúde, outra vertente de significativa atuação do Centro de Formação de Professores.

Durante sua trajetória, o campus se firmou como espaço de extrema importância e com enorme potencial formativo, desde suas características e ocupações, formuladas para promover e minimizar as inúmeras distorções sociais desta região sertaneja. Assim, o campus de Cajazeiras foi ele próprio resultado de uma política pública de expansão das Universidades Federais. Mesmo sendo anterior ao REUNI, essa informação é importante por mostrar como as políticas públicas para a educação são fundamentais para o desenvolvimento educacional.

É deste lugar que pensamos o REUNI, no século XXI, como um elemento responsável pela ressignificação identitárias dos discentes, na medida em que instituiu uma forma de auxílio fundamental, para a melhoria das condições socioeconômicas dos estudantes de graduação. Assim sendo, através das análises dos dados obtidos pela pesquisa, nossa proposta é refletir sobre como uma política pública atuou nessas ressignificações identitárias.

3.1 – Identidade

As discussões relacionadas à questão da identidade, efetivamente, passam pela relação com outro. Ou seja, a maneira como nos relacionamos com outros grupos, outras pessoas, outras culturas são elementos fundamentais para a construção de nossa identidade. Evidentemente, que os valores que nos são passados por nossos pais, enquanto elementos sociais de pertencimento, também são responsáveis por tal construção. Nossa convivência com familiares, amigos, conhecidos e desconhecidos nos conectam com a sociedade. Nesse sentido, como propõe Sorcinelli, o grupo de amigos é a inspiração primeira do modo de vestir e construir a identidade: “A turma de amigos é a mais canônica fonte de formação da identidade do adolescente e, portanto, é natural que ela seja a fonte de inspiração do ego externo, aquele que se manifesta na roupa” (SORCINELLI, 2008, p. 84).

A teoria social contemporânea tem dado ênfase à "crise de identidades", que corresponde ao resultado das novas ordens na pós-modernidade. Essa teoria mostra a perda das identidades tradicionais e como estas alteram a configuração das identidades:

Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado (HALL, 2006, p. 7).

O debate confronta as identidades tradicionais aquelas que, segundo Hall (2006), se estabelecem a partir da relação com os outros indivíduos, no qual ocorre uma transferência de valores, símbolos e sentidos. Neste contexto, a identidade é construída através do convívio do ser humano com a sociedade, ao qual está vinculado, estando em constante contato com o mundo. É através dessa relação que o ser humano se constrói, se reinventa por meio de símbolos e imagens que irão compor a sua identidade. Nesse sentido, atualmente, pensamos em identidades plurais em face das pluralidades do mundo em que vivemos, no qual as identidades tradicionais não conseguem mais explicar as possibilidades de vivências dos sujeitos.

“A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2006, p. 13). O mundo é formado por diversas identidades, e cada indivíduo assume uma ou umas destas. Assim, a globalização expande o espaço de interação entre as diversas culturas, e esse fator é resultado de uma existência multicultural.

Esse debate que se opõe às identidades tradicionais aponta para um novo caminho construtor das identidades, que tem na sua fragmentação e na sua forma de representação a divergência em relação à unificação das identidades tradicionais. Para Hall (2006, p.7), a “crise de identidades” está incluída dentro do debate da transformação da sociedade e não pode ser isolada desse quadro de referência.

Oliveira (2000, p.8), por sua vez, também trata o conceito de identidades longe das concepções totalizantes. Ele as aborda através da constituição em “crise”:

Pareceu-me — e essa é uma questão que me acompanha há bastante tempo — que devemos procurar equacionar tais identidades enquanto em crise. Quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis — conjunturalmente possíveis —, na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas — fontes originárias dessas mesmas identidades, sejam elas consideradas como — coletividades (Talcott Parsons), ou — identidade de grupo básico (Harold Isaacs) ou, ainda, — identidades totais (Ali Mazrui).

Com base nessas duas abordagens das identidades, podemos chegar ao entendimento que estas estão sendo substituídas por identidades em fragmento, ou seja, elas estão em um processo contínuo de (re)construção. Então, esse é o novo elemento que substituirá a ideia de que a identidade é construída através da unificação totalizante do pertencimento. Agora, somos muitos e somos múltiplos! Em termos históricos, Chartier nos alerta para as construções identitárias ao longo do tempo, que podem ser percebidas no campo cultural (2002, p. 23):

Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto de uma dependência demasiado estrita relativamente a história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua tenção sobre as estratégias que determinam posições e relações que atribuem a cada classe, grupo ou meio um <<ser-apreendido>> constitutivo da sua identidade.

Por isso, o que de fato queremos enfatizar é que os elementos tradicionais responsáveis pela construção das identidades não vão desaparecer, apenas serão ressignificados através de novos fatores e novos elementos trazidos pelo presente vivido. Quando perguntamos aos entrevistados sobre o que eles pensavam sobre a sua identidade, sobre o que eles representavam, obtivemos respostas como a seguinte: “Um sujeito ativo que

sempre luta por melhores condições de vida, principalmente, para os grupos da negritude ao qual pertença”. (Entrevistado nº 1).

O que podemos constatar é que o ser humano vai passar a fazer parte dessa construção, podendo ser caracterizado como "multindivíduo" em função dos ciclos de pertencimento que estabelece, vejamos essa afirmação através das palavras de Canevacci durante uma entrevista:

A novidade desse processo está na ideia de que a identidade passa a ser criada a partir de uma ação do indivíduo, que se transforma nesse processo em —multindivíduo. O conceito de multinívduo, para mim, é um conceito mais flexível, mais adequado à contemporaneidade. Por que significa que multinívduo é uma pessoa, um sujeito, que tem uma multidão de eus na própria subjetividade. Isto é, o plural de eu, não é mais nós, como no passado. O plural de eu, como eus. Isso pode desenvolver uma multiplicidade de identidades, de eus, que é o multindivíduo, isto é, em parte, fazer uma co-habitação flutuante, múltipla, de diferentes selves, se poderia dizer por exemplo, a palavra em inglês, plural de self, que co-habitam, às vezes conflictuam, às vezes constroem, uma nova identidade, flexível e pluralizada (CANEVACCI, apud UNGARETTI, 2007).

É assim que o sujeito vai ser o ator principal dessa construção, podendo escolher o que deverá fazer parte ou não desse processo.

Continuemos analisando o que os entrevistados pensam sobre o que sua identidade representa:

Um rapaz Jovem de 25 anos filho de agricultores, universitário hoje casado e sempre a procura de melhoras para família. Sempre me considerei uma pessoa humilde sempre precisei trabalhar para conseguir o que tenho...(Entrevistado Nº 4).

Para Pollak (1995, p.3), a memória é de fundamental importância para a construção da identidade social, uma vez que a memória enquanto individual ou coletiva é algo em disputa. Ou seja, quando realizamos as nossas entrevistas, os entrevistados recorrem a sua memória individual para selecionar quais os eventos que tem mais relevância e que indicam a ideia de pertencimento e coerência com a sua identidade.

Analisando a fala dos entrevistados citados anteriormente, percebemos que essa construção tanto da memória quanto da identidade se dá através das interações com o outro, com os outros grupos, e isso fica explícito na fala do entrevistado de nº 5 que diz: “Hoje eu sou a pessoa que durante muitos anos almejei ser. O contato com outras culturas o conceito do

“eu” que aprendi a conhecer durante um percurso de anos, me tornaram uma mulher mais madura”.

Sobre isso, Pollak (1995, p. 5) explica melhor, quando diz que “a memória é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, ou de um grupo em sua construção de si”. Portanto a construção da nossa imagem ela é feita em função de nossas características pessoais, de nosso passado e de nossa relação com o outro, sendo a memória um fio que conecta essas experiências. Haveria aí, como bem demonstrou Pollak, uma forte relação entre memória e identidade social.

Quando os discentes tem a aquisição do auxílio, por eles chamados de bolsa REUNI, eles passam por uma ressignificação dessa identidade. Isso se dá pelo fato de que as suas memórias que foram selecionadas do passado veem a oportunidade de trilhar novos caminhos, novas histórias. Para isso, na maioria das vezes, é necessário um suporte econômico que contribuirá para que novas identidades possam surgir, e até mesmo sejam ressignificadas. Isso fica evidente na fala da entrevistada nº 9 que diz: “Ao longo do curso, pude formar minha identidade. Pois me vejo como uma historiadora, professora que sempre lutou por diminuir as desigualdades e que sempre acreditei que a educação seria o melhor caminho para romper as diferenças econômicas e sociais. Tenho orgulho de dizer que sou filha de agricultores, nordestina e que venho de família humilde”.

Nas narrativas dos entrevistados aparece uma preocupação em evidenciar a educação como possibilidade de melhoria de vida, de modo que constroem identidades que passam pelo que eram antes e o que dizem ser agora. Nesse ínterim, destacam a importância desse programa para o rompimento das barreiras guardadas na memória sobre o passado, colaborando para a construção de novas identidades sociais e suas representações, as quais são evidenciadas através do que estas pessoas vestem.

3.2 Vestimenta

O surgimento do consumo coincide com o nascimento da Moda. O filósofo francês Gilles Lipovetsky faz uma associação entre a difusão desse processo de moda como sendo o principal responsável pela sociedade de consumo, uma vez que o bem de consumo vem a se tornar o objeto da moda. Para ele, porém, o objeto de consumo é repleto de significados e símbolos projetados para formar uma moral. O consumo é baseado nos valores “sociais” de exibição, distinção e apropriação. Um objeto é consumido pelo que ele representa, pela

função de diferenciá-lo a certas posições, ou até mesmo fazer com que demonstre ser pertencente a determinado grupo social.

A moda é capaz de tanto oferecer a oportunidade de se integrar num grupo, quanto de se distinguir dos seus membros, pois, na maioria das vezes, há estereótipos de como são os estudantes de certos cursos e outros profissionais de diferentes áreas.

Quando questionamos os entrevistados sobre a mudança na forma de vestir após a contemplação do REUNI, em algumas falas foi evidenciado o que abordamos no parágrafo anterior: a ideia de pertencimento e distinção. Vejamos:

[...] passei a comprar roupas no intuito de não repetir a mesma roupa durante a semana, comprar roupas que dizem ser da moda, pelo convívio de pessoas de culturas diferente, e de certo modo não queria me sentir inferior... (Entrevistado nº 7).

Com o auxílio pude comprar novas peças de roupas, como também novos calçados, mochilas. Também adquiri vestimentas mais formais ao começar frequentar os eventos realizados pela universidade (Entrevistado nº 8).

Nessas duas falas, podemos destacar dois fundamentais elementos: o primeiro é a construção de uma imagem, na qual através do consumo de roupas tenta se mostrar pertencente à mesma posição dos grupos sociais do convívio; segundo o elemento financeiro que o torna capaz de pertencer ao grupo a que deseja. Isso condiz com o que Giddens (2002, p.79) discute sobre o indivíduo que precisa construir a sua biografia, tendo como referência os eventos externos.

Entre alguns dos participantes dessa pesquisa, foi diagnosticada a necessidade de se reconstruir sua identidade dentro daquele ambiente que estavam frequentando, que só foi possibilitado pelo véis REUNI: “O REUNI, possibilitou comprar roupas e calçados melhores para ir à universidade” (Entrevistado Nº 9).

Se nos atentarmos melhor para todas as falas dos entrevistados citadas até o momento, iremos perceber que cada indivíduo, particularmente, comprou novas roupas e mudou o modo de usá-las sempre para ir à faculdade. Eles sabiam que estariam em um novo convívio, eles também sabiam que, de alguma forma, tinham que se mostrar pertencente a esse novo espaço, ou melhor, a esse grupo. E isso tinha que ser evidenciado através de algo, no caso a roupa. Então, suas identidades acabam por ser reconstruída e transmitida através do que se usam. Segundo os entrevistados, quando perguntamos a respeito das mudanças ocorridas na vida de cada um ao conseguirem a bolsa, foi relatado que não só ocorreram

mudanças financeiras na vida de cada, mas também ajudou na melhoria do rendimento acadêmico, e também o próprio modo de vestir acabou se ressignificando.

Ao analisarmos a imagem abaixo, gentilmente cedida por uma das entrevistadas, podemos perceber a forma como se vestia: uma camiseta e uma calça jeans de lavagem clara. O estilo mais “despojado e simples” que, progressivamente, vai dando margem para outras formas de vestimentas, que podem variar entre um estilo mais formal, em decorrência do ambiente acadêmico; e um estilo mais sintonizado com os gostos culturais com os quais se identificam.

Imagem 6- Discente durante apresentação de seminário.



Fonte: Acervo pessoal.

A imagem evidencia uma simplicidade no vestir, e as palavras da entrevistada apontam para a mudança proporcionada pelo REUNI, quando justifica “passei a usar roupas novas e da moda”. O “consumo performático” que a moda cria é realizada com o objetivo de deixar visível a identidade do sujeito, ela é uma das formas de visibilidade:

Os estilos e marcas diferentes de roupas e produtos da moda, conquanto estejam sujeitos a mudança, imitação e cópia, constituem um conjunto de pistas usado no ato de classificar o outro. (...) Assim, a cultura é corporificada, e isso não é apenas uma questão de quais roupas são usadas, mas também de como são usadas (FEATHERSTONE, 1995, p. 39- 40).

Observemos uma imagem de outra entrevistada, também cedida gentilmente, que veste roupas simples, regata básica e uma saia de tecido fino floral. Quando analisamos as

respostas obtidas na sua entrevista, ela descreve que antes de adquirir a bolsa auxílio sua forma de vestir era simples, uma vez que as condições financeiras da família não permitiam comprar novas vestimentas, e muitas das que possuía eram usadas e doadas por familiares.

Segundo Maria Tosin (2021), todos nós possuímos uma autoimagem formada por itens que refletem nossos valores pessoais e sociais. Isso também significa que, através do que os outros vestem, é possível identificarmos características diferentes da vida de cada sujeito.

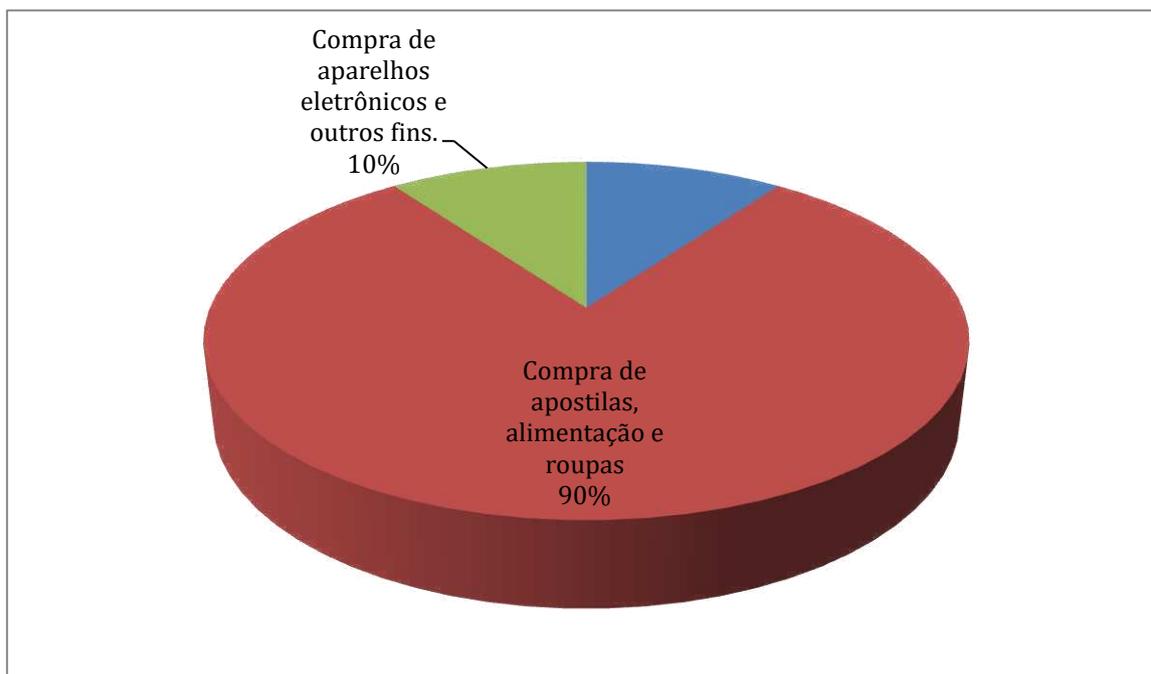
Imagem 7- Alunas durante intervalos das aulas



Fonte: Acervo pessoal

Conforme o gráfico 2, construído com base nos resultados das entrevistas, foi possível concluir que 90% dos alunos contemplados com a bolsa, utilizam o REUNI para compras de novas roupas e outros materiais, e apenas 10% utilizam para outros fins, como a participação em eventos acadêmicos e aparelhos eletrônicos como computadores e celulares para a realização de trabalhos do curso.

Gráfico 2- Aquisições com o recurso da Bolsa REUNI



Para a elaboração desse gráfico foram utilizadas as falas dos entrevistados com maior predominância, obtidas por meio da seguinte pergunta: Quais mudanças ocorreram na sua vida após a contemplação com o REUNI e o que elas significaram para você? Dentre as respostas obtidas, as de maior semelhança se percebem com as respostas citadas abaixo:

Ocorreram motivações para ser um excelente acadêmico, tirar boas notas e participar de eventos. Por outro lado o que restava, dava para ajudar dentro de casa na alimentação, água e energia (Entrevistado de N° 1).
 Além dos gastos com xerox e livros, o Reuni também nos ajudou a comprar algumas vestimentas (Entrevistado de N° 2).
 Para compra de roupas novas (Entrevistado de N° 3).

As expressões das identidades individuais através do que se veste, tem sido mais eficientes do que a própria moda. E isso é de alta importância para nós historiadores, uma vez que nos permite fazer uma leitura do indivíduo e da própria sociedade. Então é através desse consumo que o indivíduo passa a se ressignificar a sua identidade no que se refere à visibilidade dessa identidade. Mas esse consumo só é possível graças à política pública do REUNI, que permite ao aluno ter essa condição financeira para poder ir bem vestido à

Universidade, garantindo sua alimentação durante o curso e a compra de apostilas para os estudos e tantos outros benefícios.

3.3 Políticas Públicas

O Governo Federal na época do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre uma das suas preocupações estava a da permanência dos estudantes dentro das Universidades Federais. Para isso, ele criou políticas públicas com o propósito que esses estudantes conseguissem permanecer dentro dessas instituições e concluíssem o ensino superior.

De acordo com dados extraídos do próprio *site* da UFCG, analisando as listas divulgadas, são mais de 500 bolsas por ano distribuídas entre os diferentes cursos da instituição. Isso inclui os alunos de História, os quais são mais de 100 bolsistas conforme a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), dentro do curso que possuía a bolsa REUNI no ano de 2009. Dados estes, que estão disponibilizados no site da UFCG, assuntos comunitários no endereço (www.prac.ufcg.edu.br).

Dos entrevistados, ambos adquiriram a bolsa entre os anos de 2015 a 2016, sendo todos os participantes considerados de baixa renda e oriundos de famílias humildes. Entendamos um pouco da importância desse programa através do que dizem os participantes dessa pesquisa. Quando solicitado que eles descrevessem a importância do REUNI, eles mencionaram:

Na época foi de grande valia para as despesas na universidade e sempre que sobrava algo, destinava a gastos outros, como um perfume, roupas ou calçados (Entrevistado nº 8).

O REUNI foi de grande importância por ser de classe baixa, considerada de baixa renda, e as despesas aumentaram significativamente, ao iniciar um curso superior na universidade federal. Por residir na zona rural a cerca de 100 km da universidade, os gastos com transporte, alimentação, material didático e vestimenta aumentaram bastante (Entrevistado nº 9).

Além de todas as adversidades enfrentadas na rotina acadêmica, esses discentes ainda vivenciam as dificuldades no cotidiano familiar, especialmente no que diz respeito à carência de recursos de suas famílias. Apesar dos relatos apresentados indicarem que a utilização da bolsa fosse, prioritariamente, para as despesas com a Universidade, em outras situações era utilizada para suprir outras necessidades: “[...] com ele posso ajudar minha mãe a não pagar sozinha alguns custos comigo...” (Entrevistado nº 2).

Não temos dúvidas, de que a bolsa de permanência estudantil REUNI, para o aluno desfavorecido economicamente, é muitas vezes a única opção para a conclusão de um curso superior. Embora as necessidades desses alunos estejam além do alcance de uma bolsa, os relatos apontam que esta é muito importante.

Melhorou minha alimentação nos intervalos das aulas do curso [...] me ajudou com as mensalidades e despesas de casa (Entrevistado nº 3).
[...] tornou os anos como acadêmica mais proveitosa, pois quando não dava para conseguir uma renda extra, ficava despreocupada com a compra de apostila (Entrevistado nº 4).

É notório que sem essa bolsa de auxílio da Universidade não teriam a oportunidade de estarem exclusivamente focados em suas formações acadêmicas. Histórias como essas de estudantes só são possíveis com a ajuda de bolsas proporcionadas por Universidades públicas para os estudantes. Esses benefícios vêm de avanços nas políticas públicas, que tiveram destaque no século XXI, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores. Desde a admissão, como políticas de cotas para grupos sociais específicos. Lentamente, as instituições perceberam que oferecer admissões não era suficiente para seus novos públicos. A permanência também deveria ser garantida por meio de investimentos em alimentação estudantil, moradia e transporte.

Segundo Portes e Sousa (2012, p.5), é de tamanha importância a viabilização de programas de permanência dos estudantes dentro da Universidade, principalmente os que são oriundos de camadas mais vulneráveis da sociedade.

A partir do resultado dos questionários, é possível concluir que o REUNI teve importância central para os beneficiados e contribuiu para chegar até o último ano de seu curso. Percebe-se nas falas que sem esse auxílio tais jovens não teriam conseguido manter-se na Universidade e dedicar-se a todo o processo de aprendizagem.

Alguns aspectos precisam ser destacados acerca desse debate. Primeiro, a importância da continuidade de políticas públicas, especialmente para a educação, com o intuito de diminuir as fragilidades socioeconômicas que imperam em um país socialmente desigual como o Brasil. Segundo, o impacto que esses auxílios representam na formação discente, uma vez que os permite maior comodidade financeira para se dedicarem aos estudos. Terceiro, que essa tranquilidade econômica consolide possibilidades de melhoria nas condições sociais de grupos historicamente vulneráveis. Por fim, emergem novas identidades

sociais que, reciprocamente, alimentam formas de se vestir, e de se comportar nos diferentes espaços de vivência – neste caso estudado, na própria Universidade.

3.4 REUNI e novas identidades

À medida que adquirimos melhores condições econômicas, algumas coisas mudam na nossa vida. Algumas dessas mudanças irão influenciar na criação de novos estilos de vida e, conseqüentemente, nos levará ao consumo de produtos como roupas, que nos aproximam de determinados grupos com os quais entendemos nos identificar e fazer parte. Essa mediação pelo consumo será responsável por estabelecer distância ou pertencimento, usado para expressar identidade com alguns grupos e diferença em relação a outros grupos.

Mas, afinal, o que uma política pública como o REUNI tem a ver com isso? Antes de responder a essa pergunta, convido você a voltar ao período em que a moda surgiu e recordar a ascensão econômica da burguesia. Esse elemento foi responsável pela ressignificação da identidade da burguesia, à medida que ela surgiu como uma classe possuidora de riquezas. E essa riqueza foi utilizada para comprar novas vestes, que somente a nobreza era possuidora, pois as vestes eram símbolos da riqueza. Esse elemento econômico, na medida em que foi utilizado para a transformação do vestuário da burguesia, transmitiu a ideia de uma tentativa de aproximação e pertencimento com a nobreza.

Agora analisemos o REUNI, uma política pública que oferece subsídios para alunos de classe baixa permanecer no ensino superior. O programa foi além de garantir essa permanência, ele ultrapassou outras fronteiras, uma vez que ele ofereceu melhoria na condição de vida do aluno. Esse recurso concedido aos discentes foi utilizado, muitas das vezes, para compra de novas roupas, para apostilas, alimentação e tantas outras finalidades.

À medida que a condição econômica nos é favorável, nós temos a opção de mudar o nosso hábito de vestir. E são essas novas mudanças adotadas, que ressignificam a nossa identidade, pois elas criam a ideia de pertencimento à outra classe, ver-se como membro de um grupo maior. O que significa também dizer que, se o consumo é um elemento da constituição do ser nosso eu, ele é uma prática constante. Segundo Silverstone (2002, p. 149), o consumo é importante para “nos envolvermos com a cultura de nossos tempos”, ou seja, o consumo como constituinte de identidades.

Quando o aluno recebe os benefícios oferecidos por estas políticas, ele inicia a construir sua nova história, levando em consideração os eventos externos. Isso inclui as novas

condições econômicas a ele concebidas. O indivíduo fica sujeito a essas novas influências e inicia uma representação de si mesmo para responder a essas influências. Conforme Souza,

representar é uma capacidade mental inerente ao homem que busca apreender a realidade que o rodeia. Pode-se perceber essa capacidade representativa através da linguagem falada e escrita, nos comportamentos, na produção pictórica e gráfica que nos cercam. Em síntese, pode-se afirmar que representar são formas que traduzem o querer, o sentir e o agir humanos (2005, p. 61).

Essas novas identidades sociais ficam perceptíveis através da forma de vestir, uma vez, que as tensões sociais, ao longo da História, ficam perceptíveis pela maneira que as pessoas se vestiam. Além de marcar pertencimento, a forma de vestir demarca o lugar das pessoas na sociedade. Para Moscovici (1985), a dualidade entre o mundo individual e o mundo social provocava repulsão, uma vez que sua finalidade era desenvolver uma psicossociologia do conhecimento, que levasse em consideração tanto os elementos individuais quanto os fatos sociais, como fundamentais. Uma vez que a influência dos contextos sociais parte tanto dos comportamentos individuais, quanto na construção das próprias realidades sociais. É evidente que as representações sociais pela vestimenta também traz problemas, na medida em que constrói estereótipos em torno do vestir que, por muitas vezes, alimentam práticas perigosas como a exclusão e o racismo. Isso resulta em julgamentos, segregações e violências simbólicas tendo por base a forma de vestir das pessoas.

Por isso, segundo Chartier, “[...] a construção da identidade de cada indivíduo situa-se sempre no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação” (2002, p. 112). A representação social através da indumentária constituía-se pelo reconhecimento do que se veste e depois da posição que se ocupa. Assim, de fato a identidade do ser humano mostrava-se através da roupa como uma representação daquilo que se é e que muitas das vezes é recusado pela sociedade.

O REUNI, enquanto uma política pública proporciona uma ascensão social dos grupos menos favorecidos, empoderando os alunos da classe baixa contemplados com a bolsa, ressignificando as suas identidades e realizando uma inclusão dos grupos minoritários. Essa mudança da identidade vai sendo constatada a partir das mudanças no vestuário que, cada vez mais, demarcam pertencimento a novas posições e novos grupos sociais. Como citado em Jovchelovitch, que explica:

dessa forma, elas [identidades] representam, por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra. Para além das estruturas dadas da vida social, elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas que poderia existir. Elas são, nesse sentido, uma relação do ausente e um meio de evocar o possível (2000, p. 41).

Conforme Moscovici, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime”, e, no que se refere ao conceito de representação social, afirma que a representação social “(...) é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (1978, p. 26).

O que queremos dizer, segundo o que aponta Moscovici sobre a representação, é que através do simbólico, o indivíduo envolve a comunicação e também o discurso, construindo desta maneira objetos sociais e discursos.

(...) a teoria das representações sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade como com os processos de constituição simbólica, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial está necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros (JOVCHELOVITCH. 2009, p. 65).

Nesse mesmo sentido, Mazzotti aponta que:

Para Moscovici, sujeito e objeto não são funcionalmente distintos, eles formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um objeto, o sujeito, de certa forma, o constitui, o reconstrói em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido (2002, p. 171).

Partindo da análise das nossas entrevistas, percebemos na fala de cada um dos entrevistados a importância e a necessidade de se construir uma imagem, e de transmiti-la através do simbólico (roupas). Em diálogo com as ideias do que aponta Jovchelovitch na citação acima, fica notório que esses estudantes lutam para pertencer a um novo grupo social. Para isso, eles primeiro precisam ressignificar suas identidades para que possam encontrar seu lugar nesse novo grupo ao qual almejam pertencer.

As novas identidades que surgem a partir da contemplação com o REUNI, nascem a partir da necessidade da reestruturação da realidade dos discentes contemplados com o programa, fazendo com que as suas experiências anteriores sejam superadas. A partir de novas referências de novos elementos, de novas vivências e aquisições tanto materiais, quanto pessoal, passam a dar sentido a uma nova identidade, agora ressignificada e que define a sua nova posição no meio social, que define o lugar de pertencimento, no qual esse sujeito entende fazer parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, discutimos como a roupa demarcava o lugar das pessoas na sociedade ao longo da História. A partir de textos que debatem o conceito de moda e indumentária, propomos uma análise sobre a origem desses conceitos para entender como cada elemento funcionava historicamente. Como os estilos de vida se configuravam a partir da cultura material e, neste caso, especificamente, por meio das roupas. Nesse aspecto, pretendeu-se destacar, principalmente, o caráter simbólico da vestimenta, enquanto um signo de configuração identitária social e pessoal. Compreendemos que o vestuário, dentro da sociedade ocidental, tinha a capacidade de assemelhar e distinguir, de aproximar, mas também de afastar ou de inserir e excluir. A partir desses aspectos o vestuário é tratado através de uma perspectiva social em que serve tanto para promover a realização pessoal, quanto para comunicar significados.

No segundo capítulo, fizemos um estudo das políticas públicas no Brasil e a sua importância principalmente para os alunos que vêm de uma classe social mais baixa, que encontram nessas políticas oportunidades para vencer as dificuldades da vida. De maneira breve apresentamos como a ação das políticas públicas de expansão das Universidades Federais garantiram o acesso e a permanência da comunidade acadêmica sertaneja, onde está o campus da Universidade Federal de Campina Grande onde ocorreu a pesquisa. Devemos reconhecer o grande progresso feito no processo de conscientização no que diz respeito aos problemas encontrados no ambiente acadêmico, principalmente devido ao cenário econômico que foi impactado pela bolsa REUNI.

No terceiro capítulo, trabalhamos com as entrevistas dos alunos contemplados com a bolsa nos anos de 2015 a 2016, tentando problematizar a influência desse auxílio econômico para que surgissem novas identidades. Discutimos de maneira individual os elementos principais, que direcionaram a pesquisa: identidade, vestimenta, REUNI e Políticas Públicas. Realizamos discussões de como as representações sociais podem ser definidas como ideias, valores e práticas que circulam nas mais diversas formas de interação social. Elas são detalhadas para entender e dar significado a diferentes aspectos de nossa experiência. Esse conhecimento, diretamente relacionado ao senso comum, expressa a visão de mundo que

orienta o modo como homens e mulheres se comportam em seu cotidiano, colaborando para a construção de sua realidade social. Através da obra de Serge Moscovici, buscamos compreender como os discentes se familiarizaram com o novo, como se comportaram após adquirirem o REUNI, e como o incorporaram ao cotidiano, traduzindo-a em um guia simbólico.

Os processos simbólicos, que regem as relações sociais e desempenham um papel na identificação dos sujeitos e dos grupos a eles associados ocupam um lugar central na pesquisa representacional, pois a noção de subjetividade implica considerar os processos que passam por essas representações. Cada principal/agente constrói e ocupa uma representação. Para Jodelet (2009), a forma como os sujeitos veem, percebem e interpretam a realidade afeta diretamente suas ações reais. Segundo os autores, é conveniente, assim, distinguir as representações articuladas pelo sujeito daquelas que ele integra passivamente. Isso nos leva a "[...] a integração de fatores afetivos e identitárias na análise representacional, bem como posições e representações em relação ao lugar social, em função do pertencimento social, a conotação das estruturas representacionais" (2009, p. 697). É desta maneira que após ser favorecido com o REUNI o aluno, através da simbologia da roupa, passar a se mostrar como pertencente aquele grupo social, mas também ocorre uma reelaboração da sua identidade, uma vez que diversas mudanças ocorrem na vida de cada um.

Portanto, pode-se dizer que o REUNI tem caráter essencial no processo de ressignificação das identidades por ele beneficiadas. Ainda nos leva a uma reflexão da importância desse programa que contribui para que as universidades federais sejam mais inclusivas e não exclusiva, colocando o aluno de classe baixa igual perante todos os demais. Dando a ele subsídios necessários para que seja capaz de pertencer ao grupo social que almeja fazer parte.

Cabe ressaltar, ao finalizarmos esta pesquisa, que não houve, por parte da autora, o intuito de realizar julgamento de valor acerca de governos, governantes ou instituições em particular. Nossa proposta foi discutir os efeitos dessa política sobre as ressignificações nas identidades dos discentes, perceptíveis através da mudança no modo de vestir-se, sobretudo, contribuindo para a discussão mais ampla no campo acadêmico das políticas públicas no Brasil e a importância destas para a permanência no ensino superior e para a criação de novas identidades sociais. Nesse sentido, buscou-se, de forma rigorosa realizar uma articulação da base epistemológica desta pesquisa aos dados arrolados durante todo o percurso do trabalho.

Haja vista que a análise buscou apresentar a importância do REUNI nas Universidades Federais e como este programa gerou novas identidades. Diante das discussões

construídas até aqui, o nosso problema inicial foi resolvido através das entrevistas e suas análises, uma vez que ficou evidenciado que o REUNI é sim um elemento que influencia na mudança do modo de vestir dos alunos que são contemplados com a bolsa, ressignificando suas identidades e criando novos agentes sociais. Ficou evidenciado a importância do REUNI para os alunos de classe baixa, principalmente porque as políticas públicas contribuem para uma equidade na sociedade brasileira, já que grande parte da população não tem condições financeiras para ingressar no ensino superior e ali permanecer.

Neste momento que se aproxima de um novo processo eleitoral, resta evidente a necessidade de analisar as propostas de governo que, de fato, concretizem políticas públicas que viabilizem a melhoria das condições de vida dos sujeitos, e que os permitam redefinirem suas condições socioeconômicas. Que possamos não só nos vestir melhor, mas tenhamos acesso a um conjunto de bens e serviços necessários para a construção de nossas identidades, coerentes com os estilos e expectativas de vida que julgamos adequadas para nós mesmos. Desse modo, Programas de Auxílio ao Estudante de Graduação, como o REUNI, democratizam o acesso à educação e garante que todas as classes sociais se façam representadas no ensino superior, fazendo da Universidade um espaço efetivamente universal de produção do conhecimento.

FONTES

Entrevistas

Entrevistado N° 1. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 2. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 3. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 4. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 5.. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 6. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 7. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 8. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

Entrevistado N° 9. Entrevista concedida a autora. Cajazeiras-PB, 2022.

REFERÊNCIAS

AMADO, João (Org.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 187-197.

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 9-14. BRASIL.

BLACKMAN, Cally. **100 ANOS DE MODA**. São Paulo: Publi Folha, 2012.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CHARTIER, Roger. **Introdução**. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

COSTA, Ricardo, **Reis da idade média**, 2009. Disponível em: www.ricardocosta.com. Acesso em: 20 de Outubro de 2019.

BRAGA, João. **Reflexões sobre moda**.v.1. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

------. **História da Moda: uma narrativa**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

DURAND, José Carlos. **Moda, Luxo e Economia**. São Paulo: Babel Cultural, 1988.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOGG, Marnie. **Tudo sobre moda**. Rio de Janeiro (RJ): Sextante, 2013.

GARCIA, Carol; MIRANDA, Ana Paula. **Moda e comunicação – Experiências, memórias, vínculos**. Coleção Moda e Comunicação – Kathia Castilho (coordenação). 2 ed. rev. (reimpr.). São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2010.

GERHARDT, Tatiane; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul, UFRGS, 2009. Disponível <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Data de acesso 24 de maio de 2019.

Homem caçando e coberto com pele de animais. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-como-vivia-homem-na-pre-historia.phtml>. Acesso em 22 de maio de 2022.

Indumentária Grego Romana. Disponível em: <https://blogdamaricalegari.com.br/2018/03/04/historia-da-moda-indumentaria-greco>. Acesso em 17 de agosto de 2022.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. (2009). **Vivendo a vida com os outros**: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In P. Guareschi, S. & Jovchelovitch, S. (Orgs.), *Textos em representações sociais* (11a ed., pp. 63-85). Petrópolis, RJ: Vozes.

PORTES, Écio Antônio; SOUSA, Leticia Pereira. **O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público** In: Seminário “10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios.” 21 e 22 de novembro de 2012 – UERJ.

LAVER, James. **A roupa e a moda**. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles; ROUX, Elyette. **O luxo eterno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MAAR, W. L. **O Que é Política. Coleção Primeiros Passos**. Editora: Brasiliense. Belo Horizonte: 1994.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. **A sociedade Medieval Portuguesa**: aspectos da vida quotidiana. 6 ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MAZZOTTI, A. J. A. (2002). **A abordagem estrutural das representações sociais**. *Psicologia da Educação*, (14/15), 17-37.

MINAYO, Maria C. De Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007) **Diretrizes Gerais do Decreto nº 6.092 –Reuni Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32248-reuni?start=20>. Data de acesso 01 de abril de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/>>. Acesso em: mai. 2021.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/127perguntasfrequentes911936531/educacaosuperior399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>>. Acesso em: nov. 2021.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Reuni: Reestruturação e expansão das universidades federais.** Portal do Reuni. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2021.

MOSCOVICI, S. (1978). **A representação social da psicanálise** (A. Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicada em 1961).

MOSCOVICI, S. **Psicologia social.** Barcelona: Paidós, 1985.

MOSCOVICI, S. (2003). **Representações sociais: investigações em psicologia social** (P. A. Guareschi, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUZZARELLI, Maria Giuseppina. **Il guardaroba medievale: vesti e società dal XIII al XVI secolo.** Bolonha: Il Mulino, 1999.

_____. **Um outro par de mangas.** In: SORCINELLI, Paolo. *Estudar a Moda: corpos, vestuários, estratégias.* São Paulo: Senac, 2008.

_____. **Vesti i società. Modelli teorici e realtà cittadine:** la testimonianza dele leggi suntuarie. In: *Formes de convivência a la baixa edat metjana.* Lleida: Pagés editors, 2015. P.143-154.

NERY, Marie Louise. **A evolução da indumentária: subsídios para a criação de figurino.** 3. Reimpr. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

OLIVEIRA, A. F de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: Oliveira, A. F. de. ; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. — **Os (des)caminhos da identidade** in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 42, 2000. p. 7-21.

PERREIRA; ZAMBOM. Maria Lucimar e Rodrigo Eduardo. **Políticas Setoriais e políticas setoriais contemporâneas**. Londrina, 2018. Disponível em: http://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/LIVROS_UNOPAR_AEDU/Pol%C3%ADticas%20Setoriais%20E%20Pol%C3%ADticas%20Setoriais%20Contempor%C3%A2neas.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 17ª ed. Formato digital. São Paulo: Saraiva, 2017.

Platão, 427-347 a.C. **A República / Platão**; tradução de Carlos Alberto Nunes. – 3. ed. -. Belém: EDUFPA, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Teoria da História. Edição. 5 n. 10 (1992). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

QUEIROZ, Luiz. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia**, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/claves/article/viewFile/2719/2324>. Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

Rei escutando seus súditos. Disponível em: www.ricardocosta.com. Acesso em 28 de maio de 2019.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Aparência**. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/sociologia/aparencia.html/>. Acesso em: 21 de março de 2019.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. **A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2011. p. 941-964.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUZA, Daniele Graciane. **A Contribuição da Bolsa Permanência para Formação e Motivação do Aluno da Universidade Federal do Paraná**. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Título de Especialista em Questão Social na perspectiva interdisciplinar) Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUZA, D. B. **Representações sociais sobre indisciplina em sala de aula dos professores iniciantes da rede municipal de Presidente Prudente-SP: implicações para a formação inicial**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2005.

SOUZA, Celina. **POLÍTICAS PÚBLICAS**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº16, jul./dez. 2006. p.20-45.

SORCINELLI, Paolo. **Estudar a moda**: corpos, vestuários, estratégias. São Paulo: Senac, 2008.

STEFANI, da Silva Patrícia. **MODA E COMUNICAÇÃO**: A indumentária como forma de expressão. Juiz de Fora-MG, 2005.

SVENDSEN, Lars. **Moda: Uma filosofia**. São Paulo: Zahar, 2010.

TELLES, Evandro. **Verdades que as roupas escondem**. Vitória: Copigraf Gráfica e Editora Ltda, 2009.

UNGARETTI, Wladimir. —**Entrevista com o pensador Massimo Canevacci**, ago/2007. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-pensadormassimo-canevacci>. Acesso em 15 de outubro de 2009.

Veste Egípcia Chanti. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/310396599290853932>. Acesso em 25 de dezembro de 2019.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.